

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

Relatório de Gestão



Câmara Municipal de Odivelas

Paços do Concelho
Rua Guilherme Gomes Fernandes
Quinta da Memória
2675-372 Odivelas

tel 219 320 000
fax 219 344 393
e-mail geral@cm-odivelas.pt
NIPC: 504 293 125

siga-nos



Odivelas
CÂMARA MUNICIPAL

Índice

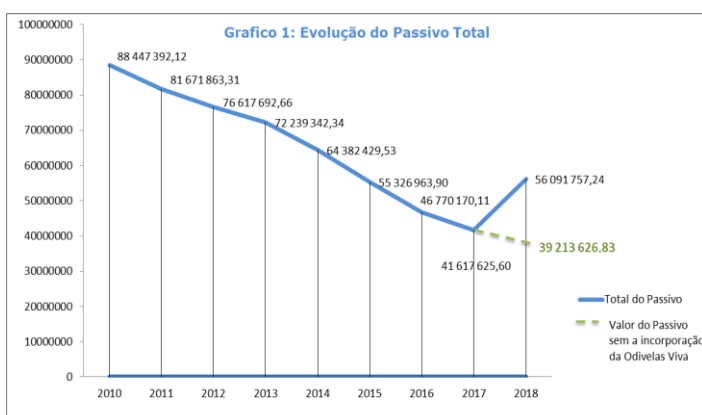
1. INTRODUÇÃO
2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL
 - 2.1. Estrutura Organizativa
 - 2.2. Estrutura Política
3. RECURSOS HUMANOS
 - 3.1. Estrutura
 - 3.2. Formação
 - 3.3. Despesas com Pessoal
4. SÍNTESE ATIVIDADES MUNICIPAIS
 - 4.1. Iniciativas para os Trabalhadores
 - 4.2. Proteção Civil e Luta Contra Incêndios
 - 4.3. Educação
 - 4.4. Saúde
 - 4.5. Segurança e Ação Social
 - 4.6. Ordenamento do Território
 - 4.7. Proteção do Ambiente e Conservação Natural do Território
 - 4.8. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
 - 5.1. Análise Orçamento e GOP's
 - 5.2. Modificações ao Orçamento Inicial
 - 5.3. Estrutura da Receita
 - 5.4. Estrutura da Despesa
 - 5.5. Grandes Opções do Plano
 - 5.6. Despesa vs Receita
 - 5.7. Transferências e Subsídios
6. ANÁLISE PATRIMONIAL
 - 6.1. Situação Económica e Financeira
 - 6.2. Dívida Municipal
7. INDICADORES DE GESTÃO
 - 7.1. Indicadores de Natureza Orçamental
 - 7.2. Indicadores de Natureza Patrimonial
8. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nota de Abertura

O presente documento, relativo ao relatório e contas do Município de Odivelas no ano de 2018, aborda as componentes relativas à execução orçamental de 2018, destacando-se, nesta abertura, uma síntese dos pontos mais relevantes.

No quadro da atividade e resultados do exercício de 2018, relevam-se os seguintes aspetos:

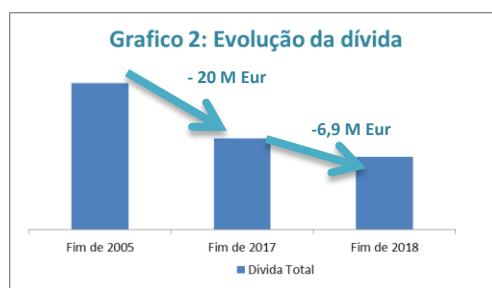
1. O passivo total do Município revela uma inversão na tendência de redução, em consequência da internalização da Odivelas Viva, com um aumento do Passivo de 14.474.131,64 €.



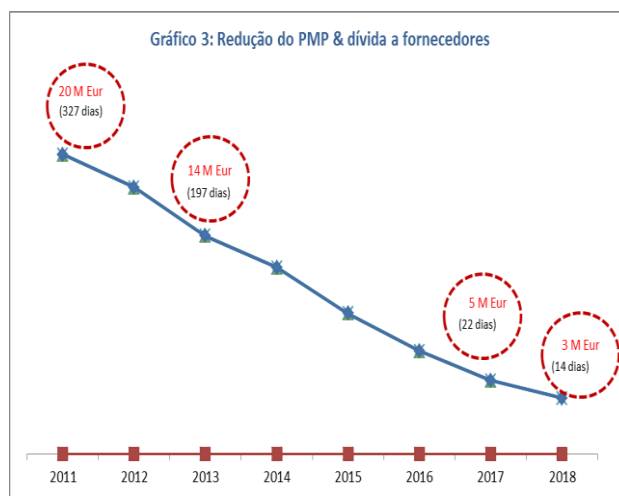
Verifica-se igualmente que sem o “efeito Odivelas Viva” o Passivo manteria a sua tendência de redução.

2. A dívida teve uma retração de 27,02 milhões de euros entre 2005 e 2018, numa variação de -50,5%.

Já a retração entre 2017 e 2018 registou um valor de 6,9 milhões de euros, numa variação de 20,8%.



3. O esforço de consolidação do passivo municipal, permitiu no período retratar (gráfico 3), uma redução da dívida a fornecedores superior a 16,5 milhões de euros, com um mínimo histórico de 3,8 milhões de euros a 31/12/2018, materializando a determinação do Executivo em contribuir ativamente para a boa sustentabilidade do município.



4. O prazo médio de pagamento (PMP), conforme fórmula legal, reduziu 313 dias no período retratado (gráfico 3), acompanhando a quebra sucessiva do stock da dívida a fornecedores.

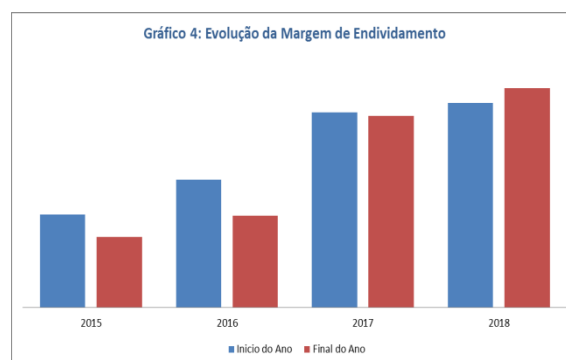
De referir que a quebra em 2018 para 14 dias teve influência direta da internalização da Odivelas Viva, uma vez que se procedeu à incorporação do Ativo do Imobilizado e consequentemente ao seu aumento. Sem este “efeito Odivelas Viva” o Município de Odivelas manteria o seu PMP em 22 dias, tal como em 2017.

5. Foram observados os indicadores de equilíbrio legal, por conexão com a gestão orçamental e com a dívida, respeitando, designadamente, o quadro instituído pelo novo Regime Financeira das Autarquias Locais e da Entidades Intermunicipais – Lei n.º 73/2013, de 03/09, que introduziu alterações fundamentais no contexto da atividade municipal com especial destaque para a gestão do endividamento.

Os municípios portugueses iniciaram em 2014, um novo contexto legal sobre endividamento.

Esta alteração consubstanciou uma importante adaptação que o Município de Odivelas assegurou com sucesso nesse ano e que melhorou nos anos seguintes.

A margem disponível de endividamento utilizável a 31/12/2018, momento da efetiva aferição do cumprimento deste indicador legal, era de 21 milhões de euros.



6. O Resultado líquido do exercício foi de 11,8 milhões de euros.
7. A execução orçamental, assente em fluxos de caixa, gerou um saldo de execução orçamental de 17.698.872,09 Euros, €). Este saldo é composto pelo saldo de gerência de 2017 que ficou por integrar (4.876.411,71€), e pelo saldo de gerência de 2018 (12.822.460,38 €).

Esta execução orçamental que tem implícita a estabilização dos passivos municipais, com menor impacto nos fluxos anuais da despesa de pagamentos por conta de anos anteriores, o reforço do investimento e das transferências de capital e a dinâmica favorável da receita, assente, sobretudo, na boa execução da receita fiscal e de atividade.

Cabe destacar a variação da despesa em bens de investimento, relativamente a 2017, que se saldou em + 1,3 milhões de euros.

Os recursos financeiros gerados sustentam este novo ciclo de investimento, permitindo a afetação de meios próprios ao financiamento das operações em curso, e a manutenção da retração da dívida com libertação de margem adicional de endividamento.

O Município de Odivelas, em 2018, continuou com um ciclo de investimentos estruturantes, nomeadamente, a construção da Unidade de Saúde de Odivelas, a Construção / Alargamento da Escola Básica dos Castanheiros, em Caneças, a Construção do Pavilhão da Escola Básica António Gedeão em Odivelas, a Reabilitação da Quinta do Espírito Santo, a Construção do Parque das Colinas do Cruzeiro, a Valorização Paisagística do Dólmen do Sítio das Pedras Grandes entre outros.

8. Nos termos do ponto 2.7.3. do POCAL, é proposto no Relatório e Proposta que o acompanha a aplicação de 5% dos Resultados Líquidos do Exercício, i.e 591.317,42 Euros (quinhentos e noventa e um mil, trezentos e dezassete euros e quarenta e dois cêntimos) em Reservas Legais e a transferência do saldo remanescente, de 11 235 030,91 Euros, (onze milhões, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta euros e noventa e um cêntimos) para a conta de Resultados Transitados.

No quadro da área de recursos humanos em 2018, releva-se o aumento de 8,7 % em relação ao ano anterior, correspondendo a 1 243 efetivos, essencialmente justificado pela adoção do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, através do qual os trabalhadores da Administração Local puderam regularizar o seu vínculo laboral com o Estado.

1

● Introdução

Este documento foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. As Demonstrações Financeiras que constam deste Relatório tiveram também em conta as Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II.ª Série do Diário da República, de 18 de agosto.

O documento segue a estrutura recomendada no POCAL e está organizado em sete capítulos, a saber:

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Onde consta o modelo organizativo adotado pelo Município e a estrutura política que compõe os seus órgãos, executivo e deliberativo;

RECURSOS HUMANOS

Onde é apresentada uma síntese dos principais elementos constantes do Balanço Social;

SÍNTESE DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS

Ponto constituído pelas principais áreas de intervenção municipal e onde se encontram refletidas algumas das ações desenvolvidas pelas várias unidades orgânicas municipais ao longo do ano;

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Permite acompanhar, de forma sintética, a evolução e todo o processo de realização das despesas e arrecadação das receitas, permitindo, também, avaliar os desvios e o desempenho relativamente às Grandes Opções do Plano;

ANÁLISE PATRIMONIAL

Onde se analisa o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivos anexos e outros documentos que sintetizam os elementos mais relevantes da situação económica e financeira do Município, traduzindo monetariamente o seu património, a formação de resultados e a movimentação dos recursos financeiros;

INDICADORES DE GESTÃO

Construídos com base nas demonstrações financeiras, fornecem um conjunto de informações úteis, resultantes do facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados que vão permitir uma visão global;

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

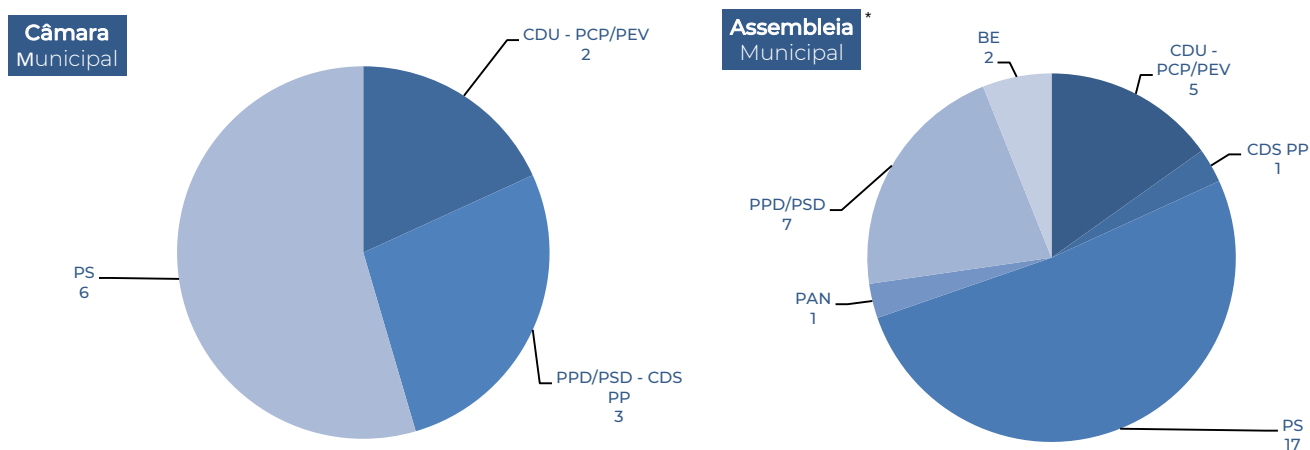
Em conformidade com o ponto 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84/2002 que aprovou o POCAL.

Em termos organizacionais, o Município de Odivelas é composto por duas estruturas, uma política e outra administrativa.

A estrutura política assenta em dois órgãos, um com funções executivas, a Câmara Municipal e outro com funções deliberativas e fiscalizadoras da atividade municipal, a Assembleia Municipal.

A Câmara Municipal de Odivelas (CMO) é constituída por onze membros, uma Presidente e dez Vereadores. Compete ao quadro executivo um complexo número de competências delegadas e responsabilidades de acordo com a estratégia definida e prioridades estabelecidas. A Assembleia Municipal (AMO) é composta por 37 membros, dos quais 33 eleitos são eleitos diretamente e 4 são inerências ao cargo de Presidente de Junta de Freguesia.

A composição política do Município apresentava-se, à data 31 de dezembro, de acordo com a seguinte representação gráfica:



2.1

Estrutura Organizativa

O modelo organizativo que passou a vigorar em 2018 no Município de Odivelas compreende uma Estrutura Orgânica Nuclear e uma Flexível. A primeira foi deliberada na 9.ª Reunião Ordinária do executivo municipal, realizada em 7 de maio de 2018 e aprovada na 9.ª Sessão Extraordinária do órgão deliberativo municipal, realizada em 17 de maio de 2018, procurando adaptar a mesma à realidade existente com o objetivo de prestar aos nossos concidadãos, um serviço público de acrescida qualidade e de mais proximidade, tendo como foco essencial a contínua satisfação do interesse público. Relativamente à segunda, a mesma foi deliberada na 18.ª Reunião Ordinária do executivo, realizada em 19 de setembro de 2018, no exercício das competências previstas no artigo 10º do Decreto-Lei n.º305/2009, de 23 de outubro.

O modelo de estrutura hierarquizada compreende:

ESTRUTURA NUCLEAR

Composta por unidades orgânicas nucleares, correspondentes a duas Direções Municipais e seis Departamentos;

ESTRUTURA FLEXÍVEL

Composta por 26 unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau, 3 unidades orgânicas de 3.º grau e até ao máximo de 95 subunidades orgânicas. A Estrutura Orgânica Flexível aprovada procura responder à permanente necessidade de um relacionamento mais próximo com os nossos munícipes, através de uma melhor otimização dos recursos materiais e humanos face às necessidades de funcionamento da autarquia.

2.2

Estrutura
Política

Apresentava-se da seguinte forma a composição do executivo da Câmara Municipal, a 31 de dezembro de 2018:



Presidente Hugo Manuel dos Santos Martins (PS)

- > Comunicação, Relações Públicas e Protocolo
- > Gestão Financeira
- > Obras Municipais
- > Planeamento Estratégico e Projetos Especiais



Vice-Presidente Edgar Luís Simões Valles (PS)

- > Área Jurídica e Organização Municipal
- > Cultura e Turismo
- > Fiscalização Municipal
- > Gestão Patrimonial
- > Saúde



Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos (PS)

- > Coesão Social
- > Educação
- > Habitação
- > Igualdade e Cidadania



Vereador Paulo César Prata Teixeira (PS)

- > Desenvolvimento Desportivo
- > Gestão e Ordenamento Urbanístico
- > Tecnologia, Informação e Conhecimento



Vereador João Paulo da Cruz António (PS)

- > Proteção Civil
- > Gabinete Veterinário Municipal
- > Transportes e Oficinas



Vereadora Mónica Lisa Gonçalves Vilarinho (PS)

> Ambiente
> Licenciamentos e Desenvolvimento Económico
> Juventude



Vereador Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara (PPD/PSD - CDS.PP - Dar Força a Odivelas)

> Sem pelouros



Vereador Marco Lemos Pina (PPD/PSD - CDS.PP - Dar Força a Odivelas))

> Sem pelouros



Vereadora Ana Isabel Gomes (PPD/PSD - CDS.PP - Dar Força a Odivelas))

> Sem pelouros



Vereador Fernando Jorge Painho Ferreira (CDU - PCP/PEV)

> Sem pelouros



Vereador Rui Manuel Rodrigues Francisco (CDU - PCP/PEV)

> Sem pelouros

3.

Recursos
Humanos

3.1

Estrutura

No final de 2018, o número de trabalhadores/as da Camara Municipal de Odivelas foi de 1 243 efetivos, em termos absolutos, mais 100 pessoas face a 31/12/2017.

Deste total:

- O vínculo de emprego público que reveste a modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP) por tempo Indeterminado representa 91,4%, que corresponde a 1136 efetivos.
- O pessoal em Comissão de Serviço representa 3,5% - 44 efetivos.

Trabalhadores por Modalidade de Vinculação

Quadro N.º 1

	Dirigente Superior		Dirigente Intermédio		Carreiras Gerais - Técnico Superior		Carreiras Gerais - Assistente Técnico		Carreiras Gerais - Assistente Operacional		Bombeiros		Informática		Polícia Municipal		Outros		Total	
Comissão de Serviço	H:	2		13														7	H:	22
	M:			15														7	M:	22
	T:	2	T:	28	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	14	T:	44
CTFP por tempo indeterminado	H:					85		72		119				7				12	H:	295
	M:					213		233		389				4				2	M:	841
	T:	0	T:	0	T:	298	T:	305	T:	508	T:	0	T:	11	T:	0	T:	14	T:	1136
CTFP a termo resolutivo certo	H:									3									H:	3
	M:									31									M:	31
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	34	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	34
Outra	H:					5		3		3									H:	11
	M:					7		8		3									M:	18
	T:	0	T:	0	T:	12	T:	11	T:	6	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	29
Total	H:	2	H:	13	H:	90	H:	75	H:	125	H:	0	H:	7	H:	0	H:	19	H:	331
	M:	0	M:	15	M:	220	M:	241	M:	423	M:	0	M:	4	M:	0	M:	9	M:	912
	T:	2	T:	28	T:	310	T:	316	T:	548	T:	0	T:	11	T:	0	T:	28	T:	1243

Nota: Os membros do GAP são aqueles que se encontram dentro dos limites estabelecidos no artigo 73.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro ("Lei das Autarquias Locais" – LAL).

Ao número de trabalhadores acresce um total de 54 prestadores de serviço.

A maioria dos trabalhadores/as da CMO pertence ao género feminino com cerca de 73,4% (912 mulheres), o género masculino corresponde a cerca de 26,6% (331 homens) do total de efetivos.

Trabalhadores por Escalão Etário e Género

Quadro N.º 2

	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
20 - 24	H:									H: 1
	M:									M: 5
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 6	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 6
25 - 29	H:			2	2					H: 6
	M:			4	3					M: 24
	T: 0	T: 0	T: 6	T: 5	T: 19	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 30
30-34	H:			1	2					H: 13
	M:			7	4					M: 34
	T: 0	T: 0	T: 8	T: 6	T: 30	T: 0	T: 0	T: 0	T: 3	T: 47
35-39	H:			10	6					H: 30
	M:			23	20					M: 69
	T: 0	T: 0	T: 33	T: 26	T: 35	T: 0	T: 0	T: 0	T: 5	T: 99
40-44	H:		3	26	22			4		H: 74
	M:		3	84	57			1		M: 194
	T: 0	T: 6	T: 110	T: 79	T: 62	T: 0	T: 5	T: 0	T: 6	T: 268
45-49	H:		4	24	13			3		H: 71
	M:		6	63	52					M: 185
	T: 0	T: 10	T: 87	T: 65	T: 83	T: 0	T: 3	T: 0	T: 8	T: 256
50-54	H:			8	11					H: 45
	M:		4	22	52			2		M: 173
	T: 0	T: 4	T: 30	T: 63	T: 117	T: 0	T: 2	T: 0	T: 2	T: 218
55-59	H:		5	6	11					H: 42
	M:		2	9	33			1		M: 126
	T: 0	T: 7	T: 15	T: 44	T: 99	T: 0	T: 1	T: 0	T: 2	T: 168
60-64	H:	2	1	10	8					H: 41
	M:			8	18					M: 81
	T: 2	T: 1	T: 18	T: 26	T: 73	T: 0	T: 0	T: 0	T: 2	T: 122
65-69	H:			3						H: 8
	M:				2					M: 21
	T: 0	T: 0	T: 3	T: 2	T: 24	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 29
Total	H: 2	H: 13	H: 90	H: 75	H: 125	H: 0	H: 7	H: 0	H: 19	H: 331
	M: 0	M: 15	M: 220	M: 241	M: 423	M: 0	M: 4	M: 0	M: 9	M: 912
	T: 2	T: 28	T: 310	T: 316	T: 548	T: 0	T: 11	T: 0	T: 28	T: 1243

Analisando a distribuição etária dos efetivos, verifica-se que a maior concentração se encontra na faixa situada entre os 40 e os 44 anos (21,6 % do total), seguindo-se a faixa entre os 45 e os 49 anos (20,6%).

Registou-se uma distribuição de efetivos por nível de escolaridade idêntica à do ano anterior, continuando a licenciatura a ser o grau académico predominante na CMO, com cerca de 30,5% do total de efetivos/as. Seguido do 12º ano de escolaridade, com 29,7% do efetivo total.

Trabalhadores por Nível de Escolaridade

Quadro n.º 4

	Dirigente - Superior	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Menos de 4 anos de escolaridade	H:									H: 1
	M:									M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 1	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 1
4 anos de escolaridade	H:									H: 19
	M:									M: 46
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 65	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 65
6 anos de escolaridade	H:				1					H: 29
	M:				1					M: 66
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 2	T: 93	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 95
9.º ano ou equivalente	H:				5				3	H: 47
	M:				13				1	M: 174
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 18	T: 199	T: 0	T: 0	T: 0	T: 4	T: 221
11.º ano	H:				9					H: 12
	M:				30					M: 49
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 39	T: 22	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 61
12.º ano ou equivalente	H:				51			3	12	H: 96
	M:				152			2	3	M: 273
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 203	T: 146	T: 0	T: 5	T: 0	T: 15	T: 369
Bacharelato	H:			4						H: 4
	M:			7	3			1		M: 11
	T: 0	T: 0	T: 11	T: 3	T: 0	T: 0	T: 1	T: 0	T: 0	T: 15
Licenciatura	H:	2		12	78			4		H: 113
	M:		13	199	37				3	M: 266
	T: 2	T: 25	T: 277	T: 46	T: 19	T: 0	T: 4	T: 0	T: 6	T: 379
Mestrado	H:		1	6					1	H: 8
	M:		2	9	5		1		2	M: 22
	T: 0	T: 3	T: 15	T: 5	T: 3	T: 0	T: 1	T: 0	T: 3	T: 30
Doutoramento	H:			2						H: 2
	M:			5						M: 5
	T: 0	T: 0	T: 7	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 7
Total	H: 2	H: 13	H: 90	H: 75	H: 125	H: 0	H: 7	H: 0	H: 19	H: 331
	M: 0	M: 15	M: 220	M: 241	M: 423	M: 0	M: 4	M: 0	M: 9	M: 912
	T: 2	T: 28	T: 310	T: 316	T: 548	T: 0	T: 11	T: 0	T: 28	T: 1243

3.2

Formação

No Plano Anual de Formação para 2018 foi possível levar a efeito 48 ações de formação interna, abrangendo 588 formandos, num total de 1023 horas de formação. Refira-se ainda, que do total das ações realizadas 6 foram ministradas por formadores internos.

Formação Interna

Quadro N.º 4

Ação de Formação	N.º de Ações	Duração	Nº de Formandos
Atendimento - técnicas de comunicação	1	25	2
Gestão de Conflitos	1	25	7
Gestão de Conflitos em Meio Escolar	1	25	16
Gestão de equipas	1	25	3
Gestão do Relacionamento Interpessoal	2	15	16
Inteligência emocional	4	25	56
Organização pessoal e gestão do tempo	1	25	7
Programação Neurolinguística	2	21	28
Coaching e Comunicação	2	25	20
Espanhol iniciação	1	50	12
Inglês Iniciação	1	25	10
Inglês Intermédio	1	50	11
E-direito - Proteção de dados	1	25	11
Elaboração de Informações e Pareceres para as Autarquias	1	12	18
Gestão de eventos	1	50	5
Legislação administrativa - CPA	2	25	15
Ordenamento do território	1	25	20
Contratação Pública	1	25	22
Folha de cálculo	1	50	13
Folha de cálculo - funcionalidades avançadas	1	25	7
Sistema de Normalização Contabilística - AP	1	25	14
Workshop: "Aspetos Práticos de Gestão Orçamental"	1	7	5
Sinalização Temporária na Via Pública	1	7	8
Acompanhamento de crianças - desenvolvimento infantil	1	25	28
Curso de Monitores Férias de Verão	2	12	53
Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos	1	25	7
Primeiros socorros	1	25	7
Primeiros socorros - tipos de acidentes e formas de atuação	1	50	25
Socorrismo	1	21	0
Marketing Digital	1	25	4
Saúde mental - sinais de alerta	3	3	34
Facebook	1	25	4
Medidata - Avaliação de desempenho	3	2	43
RGPD - In Job	1	7	12
RGPD - Pessoal Não Docente	2	4	45
TOTAL	48	-	588

Relativamente à formação externa, em 2018, foi frequentada por 194 trabalhadores, com o objetivo de suprir necessidades de formação mais específicas, perfazendo um total de 391 horas de formação.

De referir que no ano de 2018 os custos diretos com a atividade formativa, no Município de Odivelas somaram 20.298,00 Euros, dos quais 5.403,00 Euros foram utilizados em formação interna e restantes 14.895,00 Euros em formação externa.

Formação Externa

Quadro N.º 5

Ação de Formação	N.º de Ações	N.º de Horas	N.º de Formandos
4ªs Jornadas de Fisioterapia Aquativa	1	14	3
Conferência do Concurso Público ao Ajuste Direto	1	7	2
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	1	90	2
Formação Transporte Coletivo de Crianças	1	28	5
II Congresso Internacional de Mosteiros Cistercienses	1	21	3
Mediação cultural - Aprendizagem para Todos	1	21	2
Programa de Capacitação da Administração Local para o Turismo (ALA + T)	1	65	6
RGPD - Guias Procriais e Praxis	2	2	49
RGPD - Praxis	6	4	101
Segurança e Circulação em Meio Urbano - A Proteção dos Peões	1	6	4
SIADAP	1	28	1
Sinalização " Infraestruturas e Sinalização em Meio Urbano	1	6	2
Sistema de Normalização Contabilística - AP	1	28	1
VI Residência Cisterciense - Dimensões do Património Monástico Conventual	1	7	3
Workshop: "Sistema de Normalização Contabilística - AP"	1	14	4
XIII Jornadas Internacionais do Protocolo	1	7	4
XXXVIII Colóquio Nacional da ATAM	1	21	2
TOTAL	23		194

3.3

Despesas
com Pessoal

O quadro n.º 6 apresenta uma análise comparativa da execução orçamental relativa às rubricas de pessoal, para o período 2016 a 2018.

No ano de 2018, verificou-se um aumento do executado com Despesas Com o Pessoal na ordem dos 2,7% (612.247,30 Euros), por comparação com o período homólogo do ano anterior. O referido acréscimo deve-se fundamentalmente, à alteração da Macroestrutura da CMO e ao descongelamento de carreiras em 2018, com as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório dos trabalhadores de forma faseada em 2018 e 2019.

Também o aumento da remuneração mínima mensal garantida (ordenado mínimo) que passou de 557,00 Euros para os 580,00 Euros teve o seu impacto.

Despesas Com Pessoal

Quadro N.º 6

(euros)

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO			VARIAÇÃO
	2016	2017	2018	2017-2018
Remunerações Certas e Permanentes	16.840.280,39	16.896.864,83	17.509.391,39	3,6%
Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos	332.250,33	320.624,85	246.735,18	-23,0%
Pessoal dos Quadros - Regime do Contrato Individual de Trabalho	11.807.857,42	11.847.051,28	12.171.204,85	2,7%
Pessoal Contratado a Termo	0,00	0,00	147.687,48	n.a.
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	265.710,67	260.785,05	176.457,61	-32,3%
Pessoal aguardando Aposentação	4.226,21	7.067,65	5.755,66	-18,6%
Pessoal em qualquer outra situação	673.188,40	664.714,33	792.629,17	19,2%
Representação	127.984,98	128.009,18	117.719,34	-8,0%
Subsídio de Refeição	1.079.538,42	1.144.228,69	1.206.247,14	5,4%
Subsídio de Férias e Natal	2.204.541,01	2.213.229,39	2.264.387,87	2,3%
Remunerações por Doenças e Maternidade/Paternidade	344.982,95	311.154,41	380.567,09	22,3%
Abonos Variáveis ou Eventuais	566.009,15	571.277,54	628.989,82	10,1%
Horas Extraordinárias	118.523,70	115.628,35	132.880,50	14,9%
Ajudas de Custo	15.506,06	16.077,77	16.016,55	-0,4%
Abono para Falhas	47.568,34	49.724,33	49.328,59	-0,8%
Subsídio de Turno	171.161,56	169.185,33	173.068,80	2,3%
Indemnizações por Cessação de Funções	0,00	16.619,85	0,00	n.a.
Outros Suplementos e Prémios	144.773,87	127.756,71	163.913,67	28,3%
Outros Abonos em Numerário ou Espécie	68.475,62	76.285,20	93.781,71	22,9%
Segurança Social	4.979.141,43	5.322.880,43	5.264.888,89	-1,1%
Encargos com a Saúde	340.163,11	364.641,10	327.731,76	-10,1%
Outros Encargos com a Saúde	181.470,68	175.755,94	195.990,72	11,5%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	96.126,00	94.178,33	88.856,47	-5,7%
Outras Prestações Familiares	3.450,12	5.271,75	2.608,32	-50,5%
Contribuições para a Segurança Social	4.023.063,68	4.362.992,46	4.361.994,71	0,0%
Seguros	205.585,20	224.703,36	205.851,36	-8,4%
Outras Despesas de Segurança Social	129.282,64	95.337,49	81.855,55	-14,1%
TOTAL	22.385.430,97	22.791.022,80	23.403.270,10	2,7%

4.

Síntese At.
Municipais

O Município de Odivelas tem orientado a sua atividade no sentido da prossecução do interesse público e na satisfação das necessidades coletivas essenciais, executando políticas de proximidade, de subsidiariedade e de desenvolvimento e integração social.

Sem colocar em causa a sustentabilidade do Município, e tendo por base os objetivos estratégicos delineados e que assentam na estratégia Municipal, a saber:

- Consolidação financeira da autarquia;
- Construção e manutenção de equipamentos e infraestruturas;
- Investimento, ao nível do espaço público.

Ao longo de 2018 foram concretizadas inúmeras atividades por parte das unidades orgânicas que servem de base à estrutura organizacional do Município de Odivelas.

No âmbito da Consolidação Financeira, o esforço de recuperação do Município tem sido uma constante ao longo dos últimos anos, através da diminuição da dívida, libertando assim recursos municipais para a realização de obras e iniciativas em benefício dos munícipes de Odivelas.



No que respeita à Construção e manutenção de equipamentos e infraestruturas, a Câmara Municipal promoveu a construção de novos equipamentos que se traduziram numa maior qualidade de vida para os munícipes e de um melhor serviço prestado, destacando-se:

- Construção da Unidade de Saúde de Odivelas;
- Construção/Alargamento da Escola dos Básica dos Castanheiros em Caneças;
- Construção do Pavilhão da Escola Básica António Gedeão em Odivelas.



Quanto à realização de Obras de Manutenção/Requalificação em Infraestruturas existentes, como forma de as valorizar e adequar às novas exigências, salientam-se:

- Reabilitação da Quinta do Espírito Santo;
- Repavimentação das vias municipais, nas diversas Freguesias, que visa garantir uma rede de estradas com mais segurança, melhor mobilidade e maior conforto.



Ao nível do Espaço Público e Ambiente, foram também realizados investimentos significativos, nomeadamente:



- Parque das Colinas do Cruzeiro;
- A Valorização Paisagística do Dólmen do Sítio das Pedras Grandes, que contempla um novo espaço com

zona de lazer, com área de circulação pavimentada, bem como, um espaço relvado com mobiliário urbano diversificado (bancos, bebedouros, parque de bicicletas, entre outros);



Parque da Ribeirada

- Ampliação do Parque Infantil do Jardim da Amoreira, com equipamentos adaptados para crianças com deficiência;
- Parque Integrado da Ribeirada, que inclui amplos espaços verdes, um parque infantil, um parque canino e uma zona de street workout (treino de rua);

No entanto, o Município de Odivelas não tem descurado o investimento noutras áreas.

Assim, a Educação um dos principais alicerces do desenvolvimento do Concelho, tem mantido o investimento, nomeadamente:



Fichas Escolares

- Atribuição de Fichas escolares gratuitas, a todos os alunos da rede pública até ao 2º Ciclo do ensino básico (do 1º ao 6º ano de escolaridade);

- Assegurar as três refeições escolares diárias, a todos alunos da rede pública do ensino Pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;



Estabelecimentos Escolares

Manutenção/Requalificação dos estabelecimentos escolares, que são da competência do Município

e reforço da rede pré-escolar, com a criação de mais salas;

- Assegurar o transporte de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.



O Município de Odivelas, tem mantido a interação com as estruturas Associativas do Concelho, no sentido de criar condições que visem melhorar as condições de muito dos Munícipes carenciados, mantendo o apoio através do Programa de Apoio do Município de Odivelas (PAMO), às diferentes instituições que promovam atividades/iniciativas, nas áreas Social, Cultural, Desportiva e da Juventude. Este apoio visa ajudar na atividade regular das diversas entidades, na aquisição de bens, serviços, equipamentos e viaturas, na beneficiação de instalações e na isenção do pagamento de taxas de utilização de equipamentos municipais.



O Município de Odivelas promove igualmente a dinamização do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, através de apoio e acompanhamento aos cidadãos e famílias em situações de pobreza e de exclusão social.

Na área da Atividade Desportiva, o Município de Odivelas, dinamizou ao longo do ano de 2018 várias iniciativas, bem como a construção/renovação e otimização de vários parques de manutenção existentes em Odivelas, salientando-se:



- O Centro de Marcha e Corrida de Odivelas, localizado no Parque Multidesportivo Naíde Gomes;

- Construção de um Circuito de Corrida e Caminhada de 5km, com pistas de corrida e caminhada. Este é um percurso com características maioritariamente urbanas que passa pelo centro histórico da cidade e que compõe um conjunto de outros percursos, que permitem aos munícipes, de uma forma segura e orientada, caminhar ou correr;

- Candidatura de Odivelas a "Cidade Europeia do Desporto 2020".



5.

Execução
Orçamental

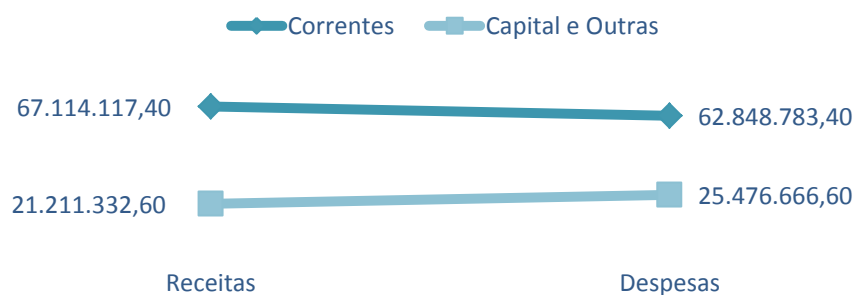
5.1

Análise
Orçamento e
GOPS

Na 3.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 13 dezembro de 2017, foi apresentada a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2018 a ser submetida ao órgão deliberativo, num total de Receitas e Despesas de 88.325.450,00 Euros.

Os Documentos Previsionais foram aprovados pela Assembleia Municipal de Odivelas, no dia 20 de dezembro de 2017, na sua 1.^a Sessão Ordinária.

Como se pode verificar no gráfico abaixo apresentado, em relação à receita inicial prevista, 67.114.117,40 Euros são correntes e os restantes 21.211.332,60 Euros de capital e outras. Em termos percentuais as receitas correntes representam 76,0% e as de capital e outras os restantes 24,0%, do total do orçamento de receita.



As despesas correntes estimadas totalizavam 62.848.783,40 Euros ao passo que as de capital cifravam-se nos 25.476.666,60 Euros, correspondendo a 71,2% e 28,8% do valor total do orçamento de despesa, respetivamente.

Desta mesma grandeza, 62.039.550,00 Euros estão espelhadas nas Grandes Opções do Plano (GOP's), sendo que 17.442.708,44 Euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 44.596.841,56 Euros ao Plano de Atividades Municipais (PAM).

O quadro n.º 7 mostra de forma sintetizada a evolução a 3 anos dos Documentos Previsionais, na sua vertente orçamental.

Orçamento e GOPs

Quadro N.º 7

(euros)

ORÇAMENTO DE DESPESA	2016	2017	2018
Imputação Direta ao Plano	60.063.434,34	62.563.189,00	62.039.550,00
Orçamento Não Imputável ao Plano	24.725.744,66	25.045.400,00	26.285.900,00
TOTAL	84.789.179,00	87.608.589,00	88.325.450,00

Verifica-se assim que, o valor inicial do Orçamento e GOPs para 2018 registou um aumento por comparação com os documentos previsionais de 2016 e 2017. Deste modo assistiu-se a um acréscimo de 4,2%, face a 2016 e um acréscimo de 0,8%, comparativamente a 2017.

No quadro n.º 8 as GOP's encontram-se desagregadas segundo a sua classificação funcional:

Estrutura Funcional – GOP's

Quadro N.º 8

(euros)

FUNÇÕES		DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL
Gerais	1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública	11.853.200,76
	1.2.	Segurança e Ordem Públicas	1.292.213,23
subtotal			13.145.413,99
Sociais	2.1.	Educação	12.756.781,76
	2.2.	Saúde	2.432.902,19
	2.3.	Segurança e Ação Sociais	574.932,59
	2.4.	Habitação e Serviços Coletivos	12.779.578,51
	2.5.	Culturais, Recreativos e Religiosos	4.198.822,42
subtotal			32.743.017,47
Económicas	3.2.	Indústria e Energia	2.549.997,43
	3.3.	Transportes e Comunicações	2.928.661,95
	3.4.	Comércio e Turismo	538.188,01
	3.5.	Outras Funções Económicas	66.360,57
subtotal			6.083.207,96
Outras	4.1.	Operações da Dívida Autárquica	4.102.909,09
	4.2.	Transferências entre Administrações	5.447.911,49
	4.3.	Diversas não Especificadas	517.090,00
subtotal			10.067.910,58
TOTAL DAS GOP'S			62.039.550,00

A função Social é a de maior expressão nas GOP's de 2018, representando 52,8% do total inscrito. Dentro destas, destaque para a inscrição dos seguintes valores, a saber:

Funções Sociais

Quadro N.º 9

(euros)

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL
Construção, Reparação e Beneficiação de Equipamentos Escolares	4.867.776,43
Refeitórios Escolares	4.421.148,98
Atividades de Enriquecimento Curricular	690.400,00
Transportes Escolares	381.600,00
Fichas Escolares 1.º Ciclo	151.745,70
Fichas Escolares 2.º Ciclo	180.000,00
Serviços Auxiliares de Ensino - Componente de Apoio à Família	665.000,00
Construção da Unidade de Saúde de Odivelas	2.117.592,19
Intervenção Social e Apoio a Entidades Sociais	418.810,97
Habitações Municipais	406.004,11
Reabilitação da Quinta Espírito Santo	851.756,18
Realojamento de População Carenciada	370.022,97
Beneficiação e Recuperação de Áreas Urbanas	1.843.049,03
Parques Infantis	563.079,62
Tratamento de Águas Residuais	5.100.000,00
Criação e Preservação de Espaços Verdes	1.171.878,22
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4.198.822,42

Destaca-se assim, a inscrição de um valor de cerca de 5,1 milhões de Euros, para fazer face aos serviços prestados no âmbito do tratamento de águas residuais no concelho, dos quais cerca de 420 mil Euros são referentes a dívida transitada e os restantes 4,6 milhões de Euros referem-se a valores para consumos do ano de 2018.

No quadro n.º 12 são apresentadas as dotações que constituem o PPI (Plano Plurianual de Investimentos), para o ano em análise, segundo a sua classificação funcional.

Estrutura Funcional – PPI

Quadro N.º 12

(euros)

FUNÇÕES		DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL
Gerais	1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública	1.194.512,81
	1.2.	Segurança e Ordem Públicas	69.452,34
subtotal			1.263.965,15
Sociais	2.1.	Educação	4.816.089,18
	2.2.	Saúde	2.421.892,19
	2.3.	Segurança e Ação Sociais	16.860,00
	2.4.	Habitação e Serviços Coletivos	4.501.659,42
	2.5.	Culturais, Recreativos e Religiosos	1.574.483,16
subtotal			13.330.983,95
Económicas	3.2.	Indústria e Energia	199.701,13
	3.3.	Transportes e Comunicações	1.904.292,57
	3.4.	Comércio e Turismo	412.472,64
	3.5.	Outras Funções Económicas	1.500,00
subtotal			2.517.966,34
Outras	4.2.	Transferências entre Administrações	329.793,00
subtotal			329.793,00
TOTAL DO PPI			17.442.708,44

5.2

Modificações
ao Orçamento
Inicial

No decorrer do ano em apreço registaram-se 21 Modificações Orçamentais, repartidas da seguinte forma:

Modificações Orçamentais

Quadro N.º 13

MO	REVISÕES ORÇAMENTAIS	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS
Orçamento da Receita	1	1
Orçamento da Despesa	3	18
Plano Plurianual de Investimento	3	17
Plano de Atividades Municipais	3	17
TOTAL	3	18

Da leitura do quadro n.º 14, assinala-se o reforço relativo à incorporação do Saldo de Gerência Anterior, em sede de tesouraria e referente à conta orçamental, após a aprovação da prestação de contas referente ao exercício de 2017, no valor de 4.500.000,00 Euros. Refira-se que a incorporação foi parcial, correspondendo a 48% do valor global do saldo de gerência, que foi de 9.376.411,71 Euros, conforme documentos de Prestação de Contas aprovados pela Assembleia Municipal de Odivelas, em 19 de Abril de 2018, pelo que ficaram por incorporar 4.876.411,71 Euros.

5.2.1

Modificações ao
Orçamento da
Receita

A incorporação em causa (4,5 milhões de euros) e o acréscimo no valor de 88.900,00 Euros, resultante do aumento do valor previsto para as AEC's e CAF's, e da criação de uma rubrica denominada "Taxa de Gestão de Resíduos", implicou um aumento do valor global do Orçamento Inicial, para 92.914.350,00 Euros.

Refira-se também que parte do valor do saldo de gerência incorporado (1.475.677,00 Euros), ficou consignado a um conjunto de projetos de despesa de natureza corrente, no cumprimento do estabelecido pelo art.º 104 n.º 1 da Lei 114/2017, de 29/12 (LOE/2018), em que o saldo de gerência pode ser classificado como receita corrente desde que seja consignado aquando da integração, na proporção da despesa corrente que visa financiar.

De acordo com a sua natureza económica, assistiu-se à seguinte distribuição em Modificações Orçamentais à Receita:

Modificações Orçamentais à Receita

Quadro N.º 14

(euros)

DESCRIÇÃO	PREVISÕES INICIAIS		MODIFICAÇÃO		PREVISÕES CORRIGIDAS		Δ
	VALOR	PESO	+	-	VALOR	PESO	
Impostos Diretos	30.598.330,00	34,6%	0,00	0,00	30.598.330,00	32,9%	0,0%
Impostos Indiretos	2.037.200,00	2,3%	1.400,00	0,00	2.038.600,00	2,2%	0,1%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.267.668,00	2,6%	0,00	0,00	2.267.668,00	2,4%	0,0%
Rendimentos da Propriedade	6.763.460,00	7,7%	0,00	0,00	6.763.460,00	7,3%	0,0%
Transferências Correntes	21.880.919,40	24,8%	87.500,00	0,00	21.968.419,40	23,6%	0,4%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.441.490,00	3,9%	0,00	3.000,00	3.438.490,00	3,7%	-0,1%
Outras Receitas Correntes	125.050,00	0,1%	0,00	0,00	125.050,00	0,1%	0,0%
Vendas de Bens de Investimento	60,00	0,0%	0,00	0,00	60,00	0,0%	0,0%
Transferências de Capital	21.211.252,60	24,0%	3.000,00	0,00	21.214.252,60	22,8%	0,0%
Outras Receitas de Capital	10,00	0,0%	0,00	0,00	10,00	0,0%	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	10,00	0,0%	0,00	0,00	10,00	0,0%	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0%	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	4,8%	n.a.
TOTAL	88.325.450,00	100,0%	4.591.900,00	3.000,00	92.914.350,00	100,0%	5,2%

Assim, as previsões iniciais do Orçamento da Receita, que se cifravam em 88.325.450,00 Euros registaram um acréscimo, no decurso do ano de 2018, passando no final do ano a totalizar 92.914.350,00 Euros, o que se traduz numa variação de 5,2%.

Do lado da Despesa, foram efetuados durante o ano em análise reforços no valor de 16.660.955,82 Euros, por contrapartida de 12.072.055,82 Euros de diminuições, assistindo-se deste modo a um aumento de 5,2% do valor global do Orçamento de Despesa Municipal, passando dos 88.325.450,00 Euros iniciais, para os 92.914.350,00 Euros corrigidos, conforme se pode constatar no quadro n.º 15.

5.2.2

Modificações ao
Orçamento da
Despesa

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA

QUADRO N.º 15

(euros)

DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS		MODIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS		VARIÇÃO
	VALOR	PESO	+	-	VALOR	PESO	
Despesas com o Pessoal	26.253.000,00	29,7%	1.757.145,13	1.714.592,00	26.295.553,13	28,3%	0,2%
Aquisição de Bens e Serviços	30.815.256,96	34,9%	3.778.270,33	3.593.703,16	30.999.824,13	33,4%	0,6%
Juros e Outros Encargos	718.431,76	0,8%	37.000,00	67.402,06	688.029,70	0,7%	-4,2%
Transferências Correntes	4.571.044,68	5,2%	1.100.942,28	376.632,75	5.295.354,21	5,7%	15,8%
Outras Despesas Correntes	491.050,00	0,6%	54.815,19	3.000,00	542.865,19	0,6%	10,6%
Aquisição de Bens de Capital	17.112.915,44	19,4%	9.758.823,60	6.132.990,43	20.738.748,61	22,3%	21,2%
Transferências de Capital	4.623.940,63	5,2%	173.959,29	156.195,22	4.641.704,70	5,0%	0,4%
Ativos Financeiros	357.333,20	0,4%	0,00	27.540,20	329.793,00	0,4%	-7,7%
Passivos Financeiros	3.382.477,33	3,8%	0,00	0,00	3.382.477,33	3,6%	0,0%
TOTAL	88.325.450,00	100,0%	16.660.955,82	12.072.055,82	92.914.350,00	100,0%	5,2%

A análise do quadro n.º 16 permite-nos observar as alterações que as Grandes Opções do Plano sofreram com as modificações orçamentais realizadas durante o ano de 2018.

5.2.3

Modificações às
GOPS

Modificações Orçamentais às GOP's

Quadro N.º 16

(euros)

FUNÇÕES		DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	+ / -
Gerais	1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública	11.853.200,76	13.021.514,73	1.168.313,97
	1.2.	Segurança e Ordem Públicas	1.292.213,23	1.223.589,12	-68.624,11
subtotal			13.145.413,99	14.245.103,85	1.099.689,86
Sociais	2.1.	Educação	12.756.781,76	13.821.876,89	1.065.095,13
	2.2.	Saúde	2.432.902,19	2.839.912,38	407.010,19
	2.3.	Segurança e Ação Sociais	574.932,59	616.258,34	41.325,75
	2.4.	Habituação e Serviços Coletivos	12.779.578,51	13.105.772,68	326.194,17
	2.5.	Culturais, Recreativos e Religiosos	4.198.822,42	5.374.233,41	1.175.410,99
subtotal			32.743.017,47	35.758.053,70	3.015.036,23
Económicas	3.2.	Indústria e Energia	2.549.997,43	2.569.178,31	19.180,88
	3.3.	Transportes e Comunicações	2.928.661,95	3.597.024,12	668.362,17
	3.4.	Comércio e Turismo	538.188,01	214.623,59	-323.564,42
	3.5.	Outras Funções Económicas	66.360,57	66.179,76	-180,81
subtotal			6.083.207,96	6.447.005,78	363.797,82
Outras	4.1.	Operações da Dívida Autárquica	4.102.909,09	4.073.007,03	-29.902,06
	4.2.	Transferências entre Administrações	5.447.911,49	5.452.521,32	4.609,83
	4.3.	Diversas não Especificadas	517.090,00	601.005,19	83.915,19
subtotal			10.067.910,58	10.126.533,54	58.622,96
TOTAL DAS GOP'S			62.039.550,00	66.576.696,87	4.537.146,87

Da análise às Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos verificou-se, um aumento das dotações iniciais para as corrigidas, na ordem dos 3,6 milhões de euros, ou seja, um acréscimo de 20,8%.

5.2.4

Modificações ao
PPI

Modificações Orçamentais ao PPI

Quadro N.º 17

(euros)

FUNÇÕES		DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS
Gerais	1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública	1.194.512,81	1.646.754,41	452.241,60
	1.2.	Segurança e Ordem Públicas	69.452,34	69.452,34	0,00
subtotal			1.263.965,15	1.716.206,75	452.241,60
Sociais	2.1.	Educação	4.816.089,18	6.520.188,29	1.704.099,11
	2.2.	Saúde	2.421.892,19	2.827.792,19	405.900,00
	2.3.	Segurança e Ação Sociais	16.860,00	17.610,00	750,00
	2.4.	Habitação e Serviços Coletivos	4.501.659,42	4.425.060,22	-76.599,20
	2.5.	Culturais, Recreativos e Religiosos	1.574.483,16	2.335.604,29	761.121,13
subtotal			13.330.983,95	16.126.254,99	2.795.271,04
Económicas	3.2.	Indústria e Energia	199.701,13	80.216,46	-119.484,67
	3.3.	Transportes e Comunicações	1.904.292,57	2.722.504,41	818.211,84
	3.4.	Comércio e Turismo	412.472,64	92.066,00	-320.406,64
	3.5.	Outras Funções Económicas	1.500,00	1.500,00	0,00
subtotal			2.517.966,34	2.896.286,87	378.320,53
Outras	4.2.	Transferências entre Administrações	329.793,00	329.793,00	0,00
subtotal			329.793,00	329.793,00	0,00
TOTAL DO PPI			17.442.708,44	21.068.541,61	3.625.833,17

5.3

Estrutura da
Receita

Neste ponto pretende-se analisar a estrutura da receita por classificação económica no ano de 2018 e a sua evolução comparada.

5.3.1

Execução da
Receita

Nunca será demais relembrar que de acordo com o princípio da não consignação, previsto na alínea g) do ponto 3.1.1. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), o produto de quaisquer receitas não se destina a “solver” determinada despesa, à exceção de determinados casos previstos na lei.

O Município de Odivelas registou em 2018 uma taxa global de cobrança de 84,1%, para a qual concorre a execução de 112,5% ao nível das receitas correntes e de 11,9% nas receitas de capital. A reduzida cobrança desta última grandeza deveu-se, essencialmente, ao facto de não ser ter efetuado a cobrança do valor de cerca de 18,3 milhões de Euros, relativo à ação judicial instaurada contra o Estado Português e que visa ressarcir o Município de Odivelas dos seus custos de “instalação”. Assim, caso esta verba não estivesse prevista a taxa de execução das receitas de capital seria de 88%. É ainda relevante referir, que se contabilizarmos o Saldo de Gerência Anterior como receita cobrada, a taxa de execução global eleva-se para 89%.

O quadro n.º 18 apresenta a estrutura da receita, segundo a sua classificação económica, onde se pode verificar, que em termos estruturais as receitas de natureza corrente pesam cerca de 96,7%, pesando as receitas de natureza de capital e outras os restantes 3,2% do total da receita cobrada.

As receitas correntes, pela sua natureza, desempenham um papel consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia. Dentro destas, os Impostos Diretos são responsáveis pela arrecadação de 48,4% do total da receita, salientando-se também as Transferências (correntes e de capital) que representam no seu conjunto cerca de 31,2%, na estrutura da receita.

Execução da Receita

Quadro N.º 18

(euros)

DESCRIÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITA COBRADA	GRAU DE EXECUÇÃO	PESO DO CAPÍTULO
Impostos Diretos	30.598.330,00	37.794.520,78	123,5%	48,4%
Impostos Indiretos	2.038.600,00	2.690.439,73	132,0%	3,4%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.267.668,00	2.434.284,53	107,3%	3,1%
Rendimentos de Propriedade	6.763.460,00	7.291.950,11	107,8%	9,3%
Transferências Correntes	21.968.419,40	21.986.300,37	100,1%	28,1%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.438.490,00	2.741.878,18	79,7%	3,5%
Outras Receitas Correntes	125.050,00	649.322,98	519,3%	0,8%
Correntes	67.200.017,40	75.588.696,68	112,5%	96,7%
Venda de Bens de Investimento	60,00	0,00	0,0%	0,0%
Transferências de Capital	21.214.252,60	2.404.326,86	11,3%	3,1%
Outras Receitas de Capital	10,00	128.787,77	1287877,7%	0,2%
Capital	21.214.322,60	2.533.114,63	11,9%	3,2%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	10,00	26.207,91	262079,1%	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	4.500.000,00	0,00	0,0%	0,0%
Outras Receitas	4.500.010,00	26.207,91	0,6%	0,0%
TOTAL	92.914.350,00	78.148.019,22	84,1%	100,0%

5.3.1.1 | *Impostos Diretos*

Considerando a importância dos Impostos Diretos, no contexto da receita municipal, procedeu-se à sua desagregação no quadro n.º 19.

Relembra-se que o lançamento da Derrama e a fixação do Imposto Municipal sobre Imóveis a liquidar e cobrar em 2018 foram aprovados na 3.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 13 de dezembro de 2017 e deliberados na 4.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada a 21 de dezembro de 2017.

Realce para a elevada taxa de execução de impostos diretos que atingiu os 123,5% (realizadas de acordo com a regra previsional estabelecida no ponto 3.3.1 do POCAL e que refere que as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a

metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração), ultrapassando deste modo as previsões de cobrança, com especial relevância para o IMT e o IUC, que alcançaram uma taxa de execução, de 186,1% e 110,5%, respetivamente. Em termos globais, a generalidade dos artigos do grupo alcançaram taxas de execução superiores às expetativas de arrecadação, situação que é ainda mais relevante se atendermos ao peso dos Impostos Diretos na estrutura da receita do Município.

Impostos Diretos

Quadro N.º 19

(euros)

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO CORRIGIDA	RECEITA COBRADA	GRAU DE EXECUÇÃO
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	19.500.000,00	20.527.651,20	105,3%
Imposto Único de Circulação (IUC)	3.014.000,00	3.330.918,06	110,5%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	6.630.000,00	12.339.319,34	186,1%
Derrama	1.435.900,00	1.573.850,83	109,6%
Impostos Abolidos	30,00	0,00	0,0%
Contribuição Autárquica (CA)	10,00	0,00	0,0%
Imposto Municipal de SISA	10,00	0,00	0,0%
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)	10,00	0,00	0,0%
Impostos Diretos Diversos	18.400,00	22.781,35	123,8%
TOTAL	30.598.330,00	37.794.520,78	123,5%

No presente ponto será analisada a evolução comparativa da receita no exercício de 2018, com igual período dos anos de 2016 e 2018. O quadro n.º 20 apresenta as previsões corrigidas e a cobrança da receita no triénio 2016-2018.

5.3.2

Evolução da
Receita

Da análise verifica-se que, de 2016 para 2017, a taxa de execução da receita cobrada variou positivamente 4 %, sendo que de 2017 para 2018 a variação voltou a ser positiva em 8,4 %.

Em termos nominais, de 2016 para o ano de 2017, a receita arrecada cresceu cerca de 7,8 milhões de euros, (12,2%) sendo que de 2017 para 2018, voltou-se a assistir a um crescimento na arrecadação de receita, com um resultado em 2018 superior em cerca de 5,9 milhões de euros (8,2%).

Evolução da Receita

Quadro N.º 20

(euros)

RECEITAS	PREVISÃO CORRIGIDA	RECEITA COBRADA	TAXA EXECUÇÃO
2016			
Receitas Correntes	62.890.667,50	63.718.451,52	101,3%
Receitas de Capital	20.096.812,00	640.873,24	3,2%
Outras Receitas	6.827.720,50	36.769,99	0,5%
TOTAL	89.815.200,00	64.396.094,75	71,7%
2017			
Receitas Correntes	68.421.274,65	71.489.092,02	104,5%
Receitas de Capital	20.398.812,48	725.038,27	3,6%
Outras Receitas	6.663.177,87	26.608,82	0,4%
TOTAL	95.483.265,00	72.240.739,11	75,7%
2018			
Receitas Correntes	67.200.017,40	75.588.696,68	112,5%
Receitas de Capital	21.214.322,60	2.533.114,63	11,9%
Outras Receitas	4.500.010,00	26.207,91	0,6%
TOTAL	92.914.350,00	78.148.019,22	84,1%

Se a análise for efetuada tendo em conta a natureza da receita verifica-se que, de 2017 para 2018, as receitas correntes registaram um acréscimo, de 5,7% e as receitas de capital um acréscimo de 249,4%, como se pode constatar pela análise do quadro n.º 20.

No quadro abaixo é apresentada a evolução da estrutura da receita, verificando-se que ao nível das receitas correntes registou-se um acréscimo em todos os capítulos, com exceção para as Taxas, Multas e Outras Penalidades, que registou uma descida de 22,7%, face a 2017.

Importa ainda referenciar que no seu conjunto o capítulo das Transferências (Correntes e de Capital) registaram uma variação positiva, de 10,9%, encontrando-se nestes a participação do Município nos impostos do Estado, nos termos da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (LOE 2018 - Lei do Orçamento de Estado 2018).

No ano em análise verificou-se, um acréscimo da Receita Fiscal (Impostos Diretos, Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades) de 13,5%, em comparação com igual período do ano anterior, fruto do crescimento verificado ao nível dos Capítulos de Impostos.

Assim, globalmente e em termos evolutivos a receita executada mantém uma tendência de crescimento, sendo que de 2016 para 2017, cresceu 12,2% e de 2017 para 2018, voltou a crescer, desta feita, em 8,2%.

Evolução da Estrutura da Receita

Quadro N.º 21

(euros)

RECEITAS	2016		2017		2018		Δ 2017- 2018
	EXECUÇÃO	PESO	EXECUÇÃO	PESO	EXECUÇÃO	PESO	
Impostos Diretos	29.563.212,63	45,9%	32.574.365,84	45,1%	37.794.520,78	48,4%	16,0%
Impostos Indiretos	1.699.719,82	2,6%	2.076.839,27	2,9%	2.690.439,73	3,4%	29,5%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	2.255.989,29	3,5%	3.148.487,86	4,4%	2.434.284,53	3,1%	-22,7%
Rendimentos de Propriedade	6.996.646,31	10,9%	6.651.232,69	9,2%	7.291.950,11	9,3%	9,6%
Transferências Correntes	21.199.273,30	32,9%	21.274.535,25	29,4%	21.986.300,37	28,1%	3,3%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.889.094,34	2,9%	2.093.008,50	2,9%	2.741.878,18	3,5%	31,0%
Outras Receitas Correntes	114.515,83	0,2%	3.670.622,61	5,1%	649.322,98	0,8%	-82,3%
Correntes	63.718.451,52	98,9%	71.489.092,02	99,0%	75.588.696,68	96,7%	5,7%
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
Transferências de Capital	640.873,24	1,0%	725.038,27	1,0%	2.404.326,86	3,1%	231,6%
Passivos Financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	128.787,77	0,2%	n.a.
Capital	640.873,24	1,0%	725.038,27	1,0%	2.533.114,63	3,2%	249,4%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	36.769,99	0,1%	26.608,82	0,0%	26.207,91	0,0%	-1,5%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
Outras Receitas	36.769,99	0,1%	26.608,82	0,0%	26.207,91	0,0%	-1,5%
TOTAL	64.396.094,75	100,0%	72.240.739,11	100,0%	78.148.019,22	100,0%	8,2%

5.3.2.1 | Evolução dos Impostos Diretos

No quadro n.º 22 efetuou-se a desagregação do capítulo dos Impostos Diretos, para os anos 2016 a 2018 de forma a melhor analisar a sua evolução.

Evolução dos Impostos Diretos

Quadro N.º 22

(euros)

DESIGNAÇÃO	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2017-2018	
				VALOR	%
IMI	19.411.934,15	19.498.756,76	20.527.651,20	1.028.894,44	5,3%
IUC	2.905.070,39	3.173.036,88	3.330.918,06	157.881,18	5,0%
IMT	5.765.878,33	8.460.825,82	12.339.319,34	3.878.493,52	45,8%
Derrama	1.443.460,01	1.425.731,85	1.573.850,83	148.118,98	10,4%
Impostos Abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.
CA	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.
SISA	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.
IMV	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.
Impostos Diretos Diversos	36.869,75	16.014,53	22.781,35	6.766,82	42,3%
TOTAL	29.563.212,63	32.574.365,84	37.794.520,78	5.220.154,94	16,0%

Os Impostos Diretos obtiveram um acentuado crescimento, uma vez que os valores de 2018 são superiores aos de 2017 em cerca de 5,2 m.e., sendo desta forma os principais impulsionadores do crescimento global da receita. Este capítulo, continua a ser o de maior peso na estrutura da receita, contribuindo com 48,4% do total arrecadado no ano.

Deste modo, pode observar-se, de acordo com o quadro nº 22, um aumento na cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI, na ordem de 1 m.e. euros, o aumento 3,8 m.e. na cobrança do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis – IMT e do Imposto Único de Circulação – IUC, em 157 mil euros.

5.4

Estrutura da
Despesa

Neste ponto pretende-se analisar a execução da despesa por classificação económica no ano de 2018 e a sua evolução comparada.

A despesa apresenta um grau de execução orçamental global de 75,2%. Para esta grandeza concorrem as despesas correntes com uma execução de 80,8% e as despesas de capital com uma execução de 62,7%. Se ao invés do executado, focarmos a análise no realizado (faturação processada), verifica-se a existência de um montante na ordem de 1 m.e. por pagar.

5.4.1

Execução da
Despesa

Relativamente às taxas de execução da despesa é de referir que a despesa cabimentada atingiu os 88,7% (cabimentos/dotações corrigidas), a despesa assumida 96,4% (compromissos/cabimentos) e a execução financeira alcançou os 87,9% (pagamentos/compromissos). Saliente-se o facto de existirem cerca de 9,5 milhões de Euros de compromissos assumidos e não pagos.

O agrupamento das Despesas com o Pessoal foi o mais representativo do total dos agrupamentos da despesa, tendo uma execução de cerca de 23,4 milhões de euros.

Destaque também, para o agrupamento da Aquisição de Bens de Capital (investimento) que registou uma execução a rondar os 10 milhões de euros, ou seja, 14,8% dos recursos municipais reverteram no aumento de capital fixo.

(euros)

DESPESAS	DOTAÇÃO CORRIGIDA	CABIMENTO	COMPROMISSO	FATURADO	PAGAMENTO	GRAU. EX. ORÇ.
Despesas com o Pessoal	26.295.553,13	23.704.891,08	23.412.952,56	23.403.270,10	23.403.270,10	89,0%
Aquisição de Bens e Serviços	30.999.824,13	27.285.972,94	26.901.637,31	23.022.724,45	22.615.110,19	73,0%
Juros e Outros Encargos	688.029,70	638.551,95	638.551,95	635.944,58	635.944,58	92,4%
Transferências Correntes	5.295.354,21	4.929.867,12	4.751.227,16	4.606.118,83	4.592.003,70	86,7%
Outras Despesas Correntes	542.865,19	337.892,52	337.892,52	337.892,52	337.892,52	62,2%
Correntes	63.821.626,36	56.897.175,61	56.042.261,50	52.005.950,48	51.584.221,09	80,8%
Aquisição de Bens de Capital	20.738.748,61	17.293.749,91	15.439.504,64	10.918.733,92	10.345.859,15	49,9%
Transferências de Capital	4.641.704,70	4.470.809,48	4.228.952,88	4.227.580,99	4.185.709,82	90,2%
Ativos Financeiros	329.793,00	329.793,00	329.793,00	329.793,00	329.793,00	100,0%
Passivos Financeiros	3.382.477,33	3.379.975,78	3.379.975,78	3.379.975,78	3.379.975,78	99,9%
Capital	29.092.723,64	25.474.328,17	23.378.226,30	18.856.083,69	18.241.337,75	62,7%
TOTAL	92.914.350,00	82.371.503,78	79.420.487,80	70.862.034,17	69.825.558,84	75,2%

Da análise do quadro n.º 24 regista-se para o facto da taxa de execução orçamental da despesa verificada em 2018 ser de 75,2 pontos percentuais, ou seja, 2,4% superior quando comparada à alcançada no exercício de 2017 e inferior em 3,3 p.p., face ao período homólogo de 2016.

5.4.2

Evolução da Despesa

Num total de orçamento inferior em cerca de 2,5 m.e., relativamente ao ano de 2017, o que representa um decréscimo de 2,7%, assistiu-se, ainda por comparação com o mesmo ano, a um ligeiro crescimento do total cabimentado em 1,7% e decréscimo residual do comprometido em 0,3%. Relativamente a pagamentos o Município de Odivelas teve capacidade de tesouraria para liquidar cerca de 69,8 m.e..

Na composição das despesas correntes, o peso das rubricas de Despesas com Pessoal e de Aquisição de Bens e Serviços, representaram no seu conjunto cerca de 65,9% do total executado no ano de 2018. Realce ainda para o serviço da dívida bancária (juros e amortizações) que atingiu o valor de 3,6 milhões de euros, representando desta forma 5,2% do total pago.

Relevo, também, para uma execução a rondar os 8,7 m.e. nos agrupamentos de Transferências, ou seja, importâncias entregues a organismos e entidades para financiar despesas de natureza corrente e de capital, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia (correntes e capital), sendo que dentro destas destaca-se um valor de cerca de 5 milhões de euros, relativo aos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia do Concelho, representando desta forma 7,2% do total pago.

Evolução da Despesa

Quadro N.º 24

(euros)

DESPESAS	DOTAÇÃO CORRIGIDA	CABIMENTO	COMPROMISSO	PAGAMENTO	GRAU EX. ORÇ.
2016					
Despesas Correntes	62.527.002,61	56.684.819,42	55.768.017,52	51.166.580,00	81,8%
Despesas de Capital	27.288.197,39	19.074.732,34	16.817.013,22	13.379.207,38	49,0%
TOTAL	89.815.200,00	75.759.551,76	72.585.030,74	64.545.787,38	71,9%
2017					
Despesas Correntes	64.319.497,04	56.384.817,22	55.960.435,91	51.496.317,40	80,1%
Despesas de Capital	31.163.767,96	24.636.540,59	23.723.797,89	18.026.037,87	57,8%
TOTAL	95.483.265,00	81.021.357,81	79.684.233,80	69.522.355,27	72,8%
2018					
Despesas Correntes	63.821.626,36	56.897.175,61	56.042.261,50	51.584.221,09	80,8%
Despesas de Capital	29.092.723,64	25.474.328,17	23.378.226,30	18.241.337,75	62,7%
TOTAL	92.914.350,00	82.371.503,78	79.420.487,80	69.825.558,84	75,2%

É ainda de referir que para Instituições Sem Fins Lucrativos foram transferidos (natureza corrente e de capital), durante o ano de 2018, cerca de 2,9 m.e., sendo um valor idêntico ao executado em 2017. Dentro destas, destaque para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho (AHBV), para onde foram transferidos, em 2018, a título de apoio à atividade e ao investimento um montante de aproximadamente 987 mil euros.

Em termos globais foram executados em 2018, 69.825.558,84 Euros, registando-se assim um acréscimo nominal de 0,4% relativamente a 2017. Do total de despesa paga, 51.584.221,09 Euros foram de natureza corrente e

os restantes 18.241.337,75 Euros foram de natureza de capital, obtendo-se deste modo uma variação nominal positiva, face a 2017 de 0,2% nas correntes e um crescimento nas de capital de 1,2%.

Realce, para o montante apurado no agrupamento Ativos Financeiros, que se deve integralmente à participação financeira do Município de Odivelas no Fundo de Apoio Municipal (FAM). O FAM foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.

O FAM é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.

É um Fundo constituído em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, através de um capital social de 650 M€, visando a recuperação financeira dos municípios em situação de desequilíbrio financeiro, através da implementação de programas de ajustamento municipal.

Evolução da Estrutura da Despesa

Quadro N.º 25

(euros)

DESPESAS	2016		2017		2018		Δ
	Execução	Peso	Execução	Peso	Execução	Peso	2017-2018
Despesas com o Pessoal	22.385.430,97	34,7%	22.791.022,80	32,6%	23.403.270,10	33,5%	2,7%
Aquisição de Bens e Serviços	23.296.748,74	36,1%	23.945.241,12	34,3%	22.615.110,19	32,4%	-5,6%
Juros e Outros Encargos	443.977,80	0,7%	52.275,82	0,1%	635.944,58	0,9%	1116,5%
Transferências Correntes	4.282.158,44	6,6%	4.310.625,78	6,2%	4.592.003,70	6,6%	6,5%
Outras Despesas Correntes	758.264,05	1,2%	397.151,88	0,6%	337.892,52	0,5%	-14,9%
Correntes	51.166.580,00	79,3%	51.496.317,40	73,7%	51.584.221,09	73,9%	0,2%
Aquisição de Bens de Capital	4.638.953,28	7,2%	8.949.011,92	12,8%	10.345.859,15	14,8%	15,6%
Transferências de Capital	3.791.995,34	5,9%	4.300.491,99	6,2%	4.185.709,82	6,0%	-2,7%
Ativos Financeiros	439.724,00	0,7%	467.264,20	0,7%	329.793,00	0,5%	-29,4%
Passivos Financeiros	4.508.534,76	7,0%	4.309.269,76	6,2%	3.379.975,78	4,8%	-21,6%
Capital	13.379.207,38	20,7%	18.026.037,87	25,8%	18.241.337,75	26,1%	1,2%
TOTAL	64.545.787,38	100,0%	69.522.355,27	99,6%	69.825.558,84	100,0%	0,4%

Em termos de peso na estrutura as Despesas Correntes representaram 73,9% do total pago e as de Capital os restantes 26,1%. Destaque para a Despesas com o Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços com um peso na estrutura da despesa de 33,5% e 32,4%, respetivamente, seguindo-se a Aquisição de Bens de Capital com 14,8%.

Globalmente, verificou-se um aumento na ordem dos 303 mil euros do total executado, passando de 69.522.355,27 Euros em 2017 para os 69.825.558,84 Euros em 2018.

O agrupamento 7 da contabilidade orçamental remete para a Aquisição de Bens de Capital (bens de investimento) que pelas suas características específicas, ou seja, pelo facto de contribuírem para a formação bruta de capital fixo, uma vez que se refere a elementos com carácter de permanência por um período mais ou menos longo de tempo, não desaparecendo num único ciclo de exploração, revestem-se de especial importância, merecendo assim uma análise mais aprofundada de forma a entender para onde foi canalizado o esforço de investimento municipal no exercício de 2018.

5.4.3

Bens de Capital

Aquisição de Bens de Capital

Quadro N.º 26

(euros)

INVESTIMENTOS	EXECUÇÃO 2018	PESO
Terrenos	29.150,00	0,3%
Habitações	37.108,06	0,4%
Reparação e Beneficiação	37.108,06	0,4%
Edifícios	5.425.986,80	52,4%
Instalações de Serviços	68.342,51	0,7%
Instalações Desportivas e Recreativas	1.250.759,59	12,1%
Escolas	2.681.418,24	25,9%
Outros	1.425.466,46	13,8%
Construções Diversas	3.578.161,94	34,6%
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	1.316.243,89	12,7%
Iluminação Pública	16.649,82	0,2%
Parques e Jardins	179.831,10	1,7%
Instalações Desportivas e Recreativas	111.326,70	1,1%
Sinalização e Trânsito	61.256,43	0,6%
Cemitérios	51.356,21	0,5%
Outros	1.841.497,79	17,8%
Material de Transporte	161.180,99	1,6%
Veículos Ligeiros	150.110,99	1,5%
Veículos Pesados	11.070,00	0,1%
Equipamento Informático	207.919,28	2,0%
Software Informático	71.111,17	0,7%
Equipamento Administrativo	41.760,08	0,4%
Equipamento Básico	608.049,46	5,9%
Ferramentas e Utensílios	2.874,56	0,0%
Investimentos Incorpóreos	176.392,91	1,7%
Bens de Domínio Público	6.163,90	0,1%
TOTAL	10.345.859,15	100,0%

Procedendo à análise do quadro n.º 26, referência para a rubrica Edifícios, mais precisamente para a alínea Escolas que absorveu 25,9% do total investido. O que se traduz em termos nominais num valor de cerca de 2,6 milhões de euros.

Na rubrica Construções Diversas, destaque para a alínea Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, que agrega entre outras as intervenções efetuadas em arruamentos no concelho, repavimentações, a execução de passeios, valetas e estacionamento, a beneficiação e reparação de espaços urbanos e a melhoria da rede viária de uma forma geral, com um total pago acima de 1,3 milhões de euros, representando desta forma 12,7% do investimento autárquico.

Realce ainda, para a alínea Outros com um total pago de cerca de 1,8 m.e., que englobam entre outros, os valores referentes, à Construção da Unidade de Saúde de Odivelas (240 mil euros) e à Execução Coerciva de Obras na Urbanização das Colinas do Cruzeiro, em Odivelas - Alvará n.º 1/2001 (438 mil euros).

Em termos globais em 2018 foram liquidados em rubricas de Aquisição de Bens de Capital um valor de 10,3 m.e. contra os 8,9 m.e., para o mesmo período de 2017.

5.5

Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano (GOP's) representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções dos vários pelouros, organizada por objetivos, programas, projetos e ações.

As GOP's integram, assim, a globalidade das atividades desenvolvidas no ano de 2018 e no triénio seguinte, incluindo os projetos/ações do PPI e as atividades consideradas mais relevantes - PAM.

Este documento permite de modo agregado por Objetivo e por Programa o conhecimento do plano anual de atividades com o grau de detalhe necessário a uma gestão criteriosa dos meios financeiros disponíveis. Os projetos/ações incluídos têm, à semelhança do PPI e PAM, ligação direta ao Orçamento através de rubricas orçamentais.

O quadro n.º 27 analisa a repartição de “consumos” entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipal (PAM).

Assim, verifica-se que o PAM representa 77,0% e o PPI os restantes 23,0%, do total do executado em Grandes Opções do Plano. No que se refere ao grau de execução orçamental, ou seja, a razão entre o pago e as dotações corrigidas inscritas nas GOP's, o PAM realizou 78,5%, e o PPI 50,7%. No seu conjunto as GOP's atingiram uma taxa de realização de 69,7%.

5.5.1

Execução das
Grandes Opções
do Plano (GOP's)

Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

Quadro N.º 27

(euros)

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	CABIMENTO	COMPROMISSO	PAGAMENTO	GRAU EX. ORÇ.	PESO
Plano Plurianual de Investimentos - PPI	21.068.541,61	17.623.542,91	15.769.297,64	10.675.652,15	50,7%	23,0%
Plano de Atividades Municipais - PAM	45.508.155,26	41.029.837,62	40.225.005,43	35.733.404,42	78,5%	77,0%
GOP'S	66.576.696,87	58.653.380,53	55.994.303,07	46.409.056,57	69,7%	100,0%

Comparativamente e de acordo, com o quadro n.º 28, registou-se um crescimento no grau de execução orçamental, uma vez que em 2017 se obteve 65,9%, ao passo que em 2018 este indicador fixou-se nos 69,7%.

5.5.2

Evolução das
Grandes Opções
do Plano (GOP's)

Evolução das GOP's

Quadro N.º 28

(euros)

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	CABIMENTO	COMPROMISSO	PAGAMENTO	GRAU EX. ORÇ.
2016					
PPI	18.097.706,37	10.536.927,24	8.460.055,23	5.078.677,28	28,1%
PAM	46.831.483,09	42.365.458,60	41.270.610,19	36.746.600,40	78,5%
GOP'S	64.929.189,46	52.902.385,84	49.730.665,42	41.825.277,68	64,4%
2017					
PPI	22.024.142,49	15.799.359,14	15.079.363,30	9.438.735,92	42,9%
PAM	48.273.650,13	41.822.399,56	41.338.764,93	36.858.810,05	76,4%
GOP'S	70.297.792,62	57.621.758,70	56.418.128,23	46.297.545,97	65,9%
2018					
PPI	21.068.541,61	17.623.542,91	15.769.297,64	10.675.652,15	50,7%
PAM	45.508.155,26	41.029.837,62	40.225.005,43	35.733.404,42	78,5%
GOP'S	66.576.696,87	58.653.380,53	55.994.303,07	46.409.056,57	69,7%

A Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei 57/2007, de 31/12, pela lei orgânica n.º 1/2011, de 30/11, pela Lei 75/2013, de 12/09, pela lei 7-A/2016 de 30/03 e mais recentemente pela lei 71/2018 de 31/12, estabelece o quadro de competências e regime de funcionamento dos órgãos municipais. Deste modo, o ponto 2.5.1. do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na sua atual redação, define uma codificação própria, para um conjunto de competências municipais, de forma a ser legível e avaliável a performance municipal em determinada área de intervenção. A esta agregação codificada, que permite espelhar o modo como são aplicados os recursos camarários, foi dada a denominação de Classificação Funcional.

5.5.3

Estrutura
Funcional das
GOP's

5.5.3.1 | Execução das GOP's por Funções

Execução das GOP's por Funções

Quadro N.º 29

(euros)

FUNÇÕES		DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	CABIMENTOS	COMPROMISSOS	PAGAMENTOS	GRAU EX. ORÇ.	PESO
Gerais	1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública	13.021.514,73	11.936.515,94	11.626.933,84	9.102.007,86	69,9%	19,6%
	1.1.1.	Administração Geral	13.021.514,73	11.936.515,94	11.626.933,84	9.102.007,86	69,9%	19,6%
	1.2.	Segurança e Ordem Públicas	1.223.589,12	1.106.375,94	1.067.985,21	1.041.170,25	85,1%	2,2%
	1.2.1.	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	1.223.589,12	1.106.375,94	1.067.985,21	1.041.170,25	85,1%	2,2%
subtotal			14.245.103,85	13.042.891,88	12.694.919,05	10.143.178,11	71,2%	21,9%
Sociais	2.1.	Educação	13.821.876,89	11.932.251,66	11.626.345,59	8.948.293,56	64,7%	19,3%
	2.1.1.	Ensino não Superior	12.220.231,17	10.460.246,17	10.228.054,33	7.576.375,60	62,0%	16,3%
	2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino	1.601.645,72	1.472.005,49	1.398.291,26	1.371.917,96	85,7%	3,0%
	2.2.	Saúde	2.839.912,38	1.688.937,00	1.688.937,00	1.667.934,75	58,7%	3,6%
	2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	2.839.912,38	1.688.937,00	1.688.937,00	1.667.934,75	58,7%	3,6%
	2.3.	Segurança e Ação Sociais	616.258,34	443.726,62	252.626,85	246.556,78	40,0%	0,5%
	2.3.2.	Ação Social	616.258,34	443.726,62	252.626,85	246.556,78	40,0%	0,5%
	2.4.	Habitação e Serviços Coletivos	13.105.772,68	11.845.475,07	11.153.721,14	8.985.599,49	68,6%	19,4%
	2.4.1.	Habitação	2.656.086,89	2.298.562,94	2.298.562,94	1.026.064,49	38,6%	2,2%
	2.4.2.	Ordenamento do Território	2.492.804,48	2.101.276,79	1.457.497,83	1.250.370,14	50,2%	2,7%
	2.4.3.	Saneamento	5.090.187,78	5.089.919,86	5.089.919,86	5.089.919,86	100,0%	11,0%
	2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	2.866.693,53	2.355.715,48	2.307.740,51	1.619.245,00	56,5%	3,5%
	2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	5.374.233,41	4.344.480,21	4.089.707,27	3.194.678,59	59,4%	6,9%
	2.5.1.	Cultura	1.477.893,10	926.191,29	922.807,00	435.468,36	29,5%	0,9%
	2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	3.896.340,31	3.418.288,92	3.166.900,27	2.759.210,23	70,8%	5,9%
subtotal			35.758.053,70	30.254.870,56	28.811.337,85	23.043.063,17	64,4%	49,7%
Econ.	3.2.	Indústria e Energia	2.569.178,31	2.179.614,95	2.179.614,95	1.740.241,68	67,7%	3,7%
	3.2.1.	Iluminação Pública	2.569.178,31	2.179.614,95	2.179.614,95	1.740.241,68	67,7%	3,7%
	3.3.	Transportes e Comunicações	3.597.024,12	3.211.785,01	2.344.378,24	1.552.479,17	43,2%	3,3%
	3.3.1.	Transportes Rodoviários	3.597.024,12	3.211.785,01	2.344.378,24	1.552.479,17	43,2%	3,3%
	3.4.	Comércio e Turismo	214.623,59	132.403,39	132.238,24	109.135,43	50,8%	0,2%
	3.4.1.	Mercados e Feiras	102.351,00	59.302,98	59.302,98	39.247,72	38,3%	0,1%
	3.4.2.	Turismo	112.272,59	73.100,41	72.935,26	69.887,71	62,2%	0,2%
	3.5.	Outras Funções Económicas	66.179,76	23.083,99	23.083,99	21.985,63	33,2%	0,0%
	3.5.1.	Potenciar o Desenvolvimento Económico	66.179,76	23.083,99	23.083,99	21.985,63	33,2%	0,0%
subtotal			6.447.005,78	5.546.887,34	4.679.315,42	3.423.841,91	53,1%	7,4%
Outras	4.1.	Operações da Dívida Autárquica	4.073.007,03	4.019.571,10	4.019.571,10	4.016.963,73	98,6%	8,7%
	4.1.1.	Relações com Instituições Financeiras	3.627.857,25	3.623.027,39	3.623.027,39	3.623.027,39	99,9%	7,8%
	4.1.2.	Encargos com Dívida Adm. Autárquica	445.149,78	396.543,71	396.543,71	393.936,34	88,5%	0,8%
	4.2.	Transferências entre Administrações	5.452.521,32	5.434.481,19	5.434.481,19	5.434.481,19	99,7%	11,7%
	4.2.1.	Freguesias	5.064.604,19	5.048.941,61	5.048.941,61	5.048.941,61	99,7%	10,9%
	4.2.2.	Outras Transferências entre Administrações	387.917,13	385.539,58	385.539,58	385.539,58	99,4%	0,8%
	4.3.	Diversas não Especificadas	601.005,19	354.678,46	354.678,46	347.528,46	57,8%	0,7%
subtotal			10.126.533,54	9.808.730,75	9.808.730,75	9.798.973,38	96,8%	21,1%
TOTAL GOP'S			66.576.696,87	58.653.380,53	55.994.303,07	46.409.056,57	69,7%	100,0%

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer, sob uma perspetiva de organização funcional, os resultados da repartição dos meios da autarquia durante o período em análise.

Da análise do quadro n.º 29, que abaixo se apresenta, hierarquizam-se as funções, de acordo com o seu peso relativo na estrutura: “Sociais” (49,7%), “Gerais” (21,9%), “Outras” (21,1%), e “Económicas” (7,4%).

Se a hierarquia for estabelecida, em termos de execução orçamental teremos: “Outras” (96,8%), “Gerais” (71,2%), “Sociais” (64,4%) e por último as “Económicas” (53,1%).

Considerando que as quatro funções encerram em si diversas áreas de intervenção, com taxas de execução díspares, procedeu-se a uma síntese com os principais contributos:

Outras Funções

As Outras Funções que apresentam uma taxa de execução de 96,8% e um peso na estrutura das GOP's de 21,1%. As Relações com Instituições Financeiras, que compreende as importâncias pagas com serviços bancários, juros e amortizações da dívida junto de instituições de crédito, somaram em 2018 cerca de 3,6 milhões de euros.

Na função Transferências entre Administrações constam os valores relativos às transferências para as Juntas de Freguesia, no âmbito dos Acordos de Execução 2018, que totalizaram, aproximadamente 5,0 milhões de euros.

Funções Sociais

As Funções Sociais obtiveram um grau de execução nas GOP's 2018 de 64,4%. Dentro destas, evidência para o código funcional 2.1. Educação que representou 19,3% do total pago em GOP's, a que corresponde uma realização na ordem dos 8,9 m.e., valor que se eleva para 11,6 m.e. se levarmos em linha de conta os compromissos assumidos. Estes valores referem-se, fundamentalmente, a valores liquidados no âmbito de Intervenções Diversas em Equipamentos Escolares (2,4 m.e.), à Remodelação e Ampliação da Escola Básica dos Castanheiros em Caneças (706 mil euros), Refeitórios Escolares EB1/JI (2,5 m.e.) e as Atividades de Enriquecimento Curricular (669 mil euros). Relativamente à Ação Social Escolar, realce para os valores despendidos referentes as Fichas Escolares 1.º e 2.º ciclo (353 mil euros), Transportes Escolares (337 mil euros) e a Componente de Apoio à Família (599 mil euros). Na Saúde relevo para a Construção da Unidade de Saúde de Odivelas, que atingiu uma execução de 1,6 m.e..

Na função Ação Social, realce para um conjunto de apoios a entidades sociais que somaram um total realizado de 246 mil euros. Dentro destas, destaque para o PAMO - Programa de Apoio Municipal de Odivelas - Eixo Social, que realizou cerca de 73 mil euros.

Na subfunção Habitação (2.4.1.), relevo para os valores despendidos com a Reabilitação da Quinta Espírito Santo (346 mil euros), o Realojamento de População Carenciada (394 mil euros), para a Comparticipação Outros Programas - PROHABITA I (334 mil euros). No caso da subfunção Ordenamento do Território (2.4.2.), evidência para a Execução Coerciva de Obras na Urbanização das Colinas do Cruzeiro, em Odivelas - Alvará n.º 1/2001 (438 mil euros), a Reconstrução dos Muros das Residências Sénior e do Espaço Público em Colapso (201 mil euros), a Execução Coerciva de Obras de Arruamentos e Espaços Verdes (237 mil euros), a Beneficiação e Reparação de Espaços Urbanos em vários Locais do Concelho (349 mil euros) e em Parques Infantis no Concelho (207 mil euros).

Na subfunção Saneamento (2.4.3.) os montantes realizados são respeitantes a serviços de tratamento de águas residuais urbanas, que entre dívida transitada e consumos 2018, somam um valor a rondar os 5,0 milhões de euros e que corresponde a 11,0% do total executado em GOP's.

Relativamente, à subfunção Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza (2.4.6.), o destaque será os montantes concernentes à Criação e Preservação de Espaços Verdes e Urbanos que somam no seu conjunto um valor de 847 mil euros e para Limpeza Urbana, no valor de 272 mil euros.

No código 2.5.1. Cultura, que obteve uma execução orçamental de cerca de 607 mil euros, há a destacar os valores relativos ao Centro Cultural da Malaposta (14 mil euros).

No que concerne ao Desporto, Recreio e Lazer, que alcançou um grau de execução de 70,8%, relevo para os Trabalhos Diversos em Equipamento Desportivo (1 m.e.), para o equipamento Pavilhão Multiusos de Odivelas (258 mil euros) e para o equipamento Piscinas Municipais (298 mil euros). É de referir, também, as transferências no âmbito de protocolos com estabelecimentos de ensino - Pavilhões (135 mil euros) e o PAMO - Programa de Apoio Municipal de Odivelas - Eixo Desporto (52 mil euros).

Funções Gerais

De âmbito geral da autarquia com uma taxa de execução de 71,2%, que compreende para além da proteção civil e luta contra incêndios, as áreas administrativa-financeira, tesouraria, património e notariado e os encargos diversos de estrutura, concretamente os valores executados com a Conservação e Beneficiação de Instalações Municipais (238 mil euros), o consumo de água (1,3 m.e.), eletricidade (1,0 m.e.) a locação de edifícios (819 mil euros), a vigilância e segurança (871 mil euros), as comunicações de voz e dados (114 mil euros), a limpeza e higiene (814 mil euros), as viaturas

municipais (700 mil euros) e com a implementação e utilização de tecnologias de informação (369 mil euros). De salientar também a função Proteção Civil e Luta contra Incêndios, com um grau de realização de 85,1%, obtido, na sua maior parte, pelo apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho (1 milhão de euros).

Funções Económicas

Destaque para os valores despendidos na subfunção 3.2.1. relativos à Iluminação Pública no Concelho (1,7 m.e.), com a beneficiação da rede viária, sinalização e infraestruturas de estacionamento automóvel (1,1 m.e.).

Assim, globalmente as Funções Económicas obtiveram um grau de execução que se cifrou nos 53,1%, obtendo estruturalmente um peso relativo de 7,4%.

5.5.3.2 | Evolução das GOP's por Funções

Em termos evolutivos, de 2017 para 2018, decorre da análise ao quadro n.º 30, que as Funções Sociais, continuam a ser as que mais absorvem os recursos municipais, com um total executado de 23 m.e..

Refira-se ainda, que globalmente em 2018, executaram-se nas Grandes Opções do Plano mais 111,5 mil euros, comparativamente a 2017, o que representa um acréscimo de 0,2% no total realizado. Se a comparação for efetuada com o exercício de 2016, verifica-se que se executaram cerca de mais 4,5 milhões de euros, que se traduz num crescimento de 11,0%.

Evolução das GOP's por Funções

Quadro n.º 30

(euros)

FUNÇÕES		DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO			VARIACÃO 2017-2018	
			2016	2017	2018	VALOR	%
Gerais	1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública	10.066.899,25	11.103.555,71	9.102.007,86	-2.001.547,85	-18,0%
	1.1.1.	Administração Geral	10.066.899,25	11.103.555,71	9.102.007,86	-2.001.547,85	-18,0%
	1.2.	Segurança e Ordem Públicas	882.174,44	1.037.088,69	1.041.170,25	4.081,56	0,4%
	1.2.1.	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	882.174,44	1.037.088,69	1.041.170,25	4.081,56	0,4%
subtotal			10.949.073,69	12.140.644,40	10.143.178,11	-1.997.466,29	-16,5%
Sociais	2.1.	Educação	4.322.088,50	5.773.340,07	8.948.293,56	3.174.953,49	55,0%
	2.1.1.	Ensino não Superior	3.125.194,73	4.677.729,19	7.576.375,60	2.898.646,41	62,0%
	2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino	1.196.893,77	1.095.610,88	1.371.917,96	276.307,08	25,2%
	2.2.	Saúde	56.705,80	69.170,97	1.667.934,75	1.598.763,78	2311,3%
	2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	56.705,80	69.170,97	1.667.934,75	1.598.763,78	2311,3%
	2.3.	Segurança e Ação Sociais	244.413,79	398.361,73	246.556,78	-151.804,95	-38,1%
	2.3.2.	Ação Social	244.413,79	398.361,73	246.556,78	-151.804,95	-38,1%
	2.4.	Habituação e Serviços Coletivos	8.897.188,23	10.644.164,09	8.985.599,49	-1.658.564,60	-15,6%
	2.4.1.	Habituação	1.182.505,53	934.345,21	1.026.064,49	91.719,28	9,8%
	2.4.2.	Ordenamento do Território	763.112,77	1.812.595,87	1.250.370,14	-562.225,73	-31,0%
	2.4.3.	Saneamento	5.854.069,29	5.958.646,11	5.089.919,86	-868.726,25	-14,6%
	2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	1.097.500,64	1.938.576,90	1.619.245,00	-319.331,90	-16,5%
	2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.672.884,97	2.618.068,49	3.194.678,59	576.610,10	22,0%
	2.5.1.	Cultura	397.621,39	607.358,13	435.468,36	-171.889,77	-28,3%
	2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	1.275.263,58	2.010.710,36	2.759.210,23	748.499,87	37,2%
subtotal			15.193.281,29	19.503.105,35	23.043.063,17	3.539.957,82	18,2%
Econ.	3.2.	Indústria e Energia	1.958.236,19	1.822.759,89	1.740.241,68	-82.518,21	-4,5%
	3.2.1.	Iluminação Pública	1.958.236,19	1.822.759,89	1.740.241,68	-82.518,21	-4,5%
	3.3.	Transportes e Comunicações	1.162.067,92	1.864.488,75	1.552.479,17	-312.009,58	-16,7%
	3.3.1.	Transportes Rodoviários	1.162.067,92	1.864.488,75	1.552.479,17	-312.009,58	-16,7%
	3.4.	Comércio e Turismo	97.042,93	640.651,46	109.135,43	-531.516,03	-83,0%
	3.4.1.	Mercados e Feiras	63.940,15	557.099,55	39.247,72	-517.851,83	-93,0%
	3.4.2.	Turismo	33.102,78	83.551,91	69.887,71	-13.664,20	-16,4%
	3.5.	Outras Funções Económicas	28.687,47	37.054,63	21.985,63	-15.069,00	-40,7%
	3.5.1.	Potenciar o Desenvolvimento Económico	28.687,47	37.054,63	21.985,63	-15.069,00	-40,7%
subtotal			3.246.034,51	4.364.954,73	3.423.841,91	-941.112,82	-21,6%
Outras	4.1.	Operações da Dívida Autárquica	6.931.925,15	4.780.633,09	4.016.963,73	-763.669,36	-16,0%
	4.1.1.	Relações com Instituições Financeiras	5.827.873,21	4.344.712,97	3.623.027,39	-721.685,58	-16,6%
	4.1.2.	Encargos com Dívida Adm. Autárquica	1.104.051,94	435.920,12	393.936,34	-41.983,78	-9,6%
	4.2.	Transferências entre Administrações	5.504.963,04	5.508.208,40	5.434.481,19	-73.727,21	-1,3%
	4.2.1.	Freguesias	5.013.998,72	5.024.789,10	5.048.941,61	24.152,51	0,5%
	4.2.2.	Outras Transferências entre Administrações	490.964,32	483.419,30	385.539,58	-97.879,72	-20,2%
	4.3.	Diversas não Especificadas	0,00	0,00	347.528,46	347.528,46	n.a.
subtotal			12.436.888,19	10.288.841,49	9.798.973,38	-489.868,11	-4,8%
TOTAL GOP'S			41.825.277,68	46.297.545,97	46.409.056,57	111.510,60	0,2%

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI), de horizonte móvel de quatro anos, previsto no ponto 7.1. do POCAL, inclui todos os projetos e ações a realizar por investimento, ou dito de outra forma, incorpora o conjunto de aquisições de bens de capital (agrupamento 07).

5.5.4

Estrutura
Funcional do
Plano Plurianual
de Investimentos

5.5.4.1 | Execução do Plano Plurianual de Investimentos por Funções

Assim, neste ponto pretende-se dissecar o comportamento do PPI em 2018, nas diferentes fases do ciclo da despesa, que conduza a uma apreciação ponderada ao seu comportamento e passível de extração de ilações.

No exercício económico de 2018 foi possível, cativar (cabimentar), comprometer (adjudicar) e concluir (pagar), de acordo com as etapas da despesa definidas no POCAL, entre outros os seguintes projetos de investimento:

Plano Plurianual de Investimentos – PPI

Quadro N.º 31

(euros)

FUNÇÕES	FASE		
	LANÇAMENTO	ADJUDICAÇÃO	CONCLUSÃO
GERAIS			
Instalações Municipais - Grandes Intervenções	196.251,72	148.551,72	110.942,63
Viaturas Municipais	395.085,29	395.085,29	293.005,55
Construção das Novas Instalações - Divisão PSP de Odivelas	86.100,00	0,00	0,00
SOCIAIS			
Escolas e Jardins de Infância	6.055.815,32	5.838.177,32	3.658.070,14
Construção da Unidade de Saúde de Odivelas	1.684.857,33	1.684.857,33	1.663.855,08
Habitacões Municipais	405.395,30	405.395,30	336,59
Reabilitação da Quinta Espírito Santo	869.703,25	869.703,25	346.006,80
Beneficiação e Recuperação de Áreas Urbanas	1.095.398,46	914.990,81	818.946,78
Parques Infantis	383.268,53	168.922,22	168.922,22
Criação e Preservação de Espaços Urbanos	179.878,90	174.878,91	166.467,66
Intervenção no Túmulo Dom Dinis	142.390,62	142.390,62	0,00
Execução do Plano da Rede Ciclável do Município de Odivelas	241.485,46	143.413,91	143.413,91
Cultura	221.490,75	221.490,75	23.726,92
Desporto, Recreio e Lazer	1.463.467,64	1.273.146,09	1.216.357,75
ECONÓMICAS			
Rede Viária, Sinalização e Estacionamento	2.503.754,38	1.686.347,61	1.083.186,90
OUTRAS			
Fundo de Apoio Municipal (FAM)	329.793,00	329.793,00	329.793,00

Deste modo, o PPI atingiu um grau de execução de 50,7%, resultado de um conjunto de investimentos realizados e necessariamente convergentes com a capacidade de liquidez da autarquia, tendo sempre como pressuposto a recuperação e saneamento financeiro visando a assunção do pagamento da dívida transitada e dos compromissos assumidos.

Assim, a manutenção de alguma solidez financeira, também imposta legalmente pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação e pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos), na sua atual redação, implicou uma cada vez maior racionalização nas opções de investimento autárquico.

Ainda assim, se atendermos à execução de compromissos no PPI o realizado eleva-se para os 74,8%. (Total dos Compromissos/Dotações Corrigidas).

Se procedermos a uma ordenação das Funções segundo um critério decrescente de acordo com o seu rácio de execução temos: “Outras Funções” (100,0%), “Sociais” (53,4%), “Económicas” (39,1%) e por último as “Gerais” (34,8%).

5.5.4.2 | Evolução do Plano Plurianual de Investimentos por Funções

Evolução do PPI por Funções

Quadro N.º 32

(euros)

FUNÇÕES		DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO			VARIAÇÃO 2017-2018	
			2016	2017	2018	VALOR	%
Gerais	1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública	711.110,88	1.015.677,72	595.354,30	-420.323,42	-41,4%
	1.1.1.	Administração Geral	711.110,88	1.015.677,72	595.354,30	-420.323,42	-41,4%
	1.2.	Segurança e Ordem Públicas	864,74	1.714,51	1.341,86	-372,65	-21,7%
	1.2.1.	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	864,74	1.714,51	1.341,86	-372,65	-21,7%
subtotal			711.975,62	1.017.392,23	596.696,16	-420.696,07	-41,4%
Sociais	2.1.	Educação	897.875,39	2.394.274,42	3.658.070,14	1.263.795,72	52,8%
	2.1.1.	Ensino não Superior	897.875,39	2.394.274,42	3.658.070,14	1.263.795,72	52,8%
	2.2.	Saúde	54.888,75	67.311,49	1.663.855,08	1.596.543,59	2371,9%
	2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	54.888,75	67.311,49	1.663.855,08	1.596.543,59	2371,9%
	2.3.	Segurança e Ação Sociais	15.370,62	7.743,97	1.078,57	-6.665,40	-86,1%
	2.3.2.	Ação Social	15.370,62	7.743,97	1.078,57	-6.665,40	-86,1%
	2.4.	Habitação e Serviços Coletivos	1.487.824,07	2.616.323,21	2.053.834,27	-562.488,94	-21,5%
	2.4.1.	Habitação	585.000,25	203.495,84	384.996,76	181.500,92	89,2%
	2.4.2.	Ordenamento do Território	675.264,50	1.665.408,18	987.869,00	-677.539,18	-40,7%
	2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	227.559,32	747.419,19	680.968,51	-66.450,68	-8,9%
	2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	376.887,47	856.244,54	1.240.084,67	383.840,13	44,8%
	2.5.1.	Cultura	47.302,77	65.968,26	23.726,92	-42.241,34	-64,0%
	2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	329.584,70	790.276,28	1.216.357,75	426.081,47	53,9%
subtotal			2.832.846,30	5.941.897,63	8.616.922,73	2.675.025,10	45,0%
Econ.	3.2.	Indústria e Energia	111.714,08	14.744,88	16.649,82	1.904,94	12,9%
	3.2.1.	Iluminação Pública	111.714,08	14.744,88	16.649,82	1.904,94	12,9%
	3.3.	Transportes e Comunicações	920.146,89	1.470.730,33	1.083.186,90	-387.543,43	-26,4%
	3.3.1.	Transportes Rodoviários	920.146,89	1.470.730,33	1.083.186,90	-387.543,43	-26,4%
	3.4.	Comércio e Turismo	62.270,39	554.246,85	32.403,54	-521.843,31	-94,2%
	3.4.1.	Mercados e Feiras	62.270,39	553.606,85	31.911,54	-521.695,31	-94,2%
	3.4.2.	Turismo	0,00	640,00	492,00	-148,00	-23,1%
subtotal			1.094.131,36	2.039.722,06	1.132.240,26	-907.481,80	-44,5%
Outras	4.2.	Transferências entre Administrações	439.724,00	439.724,00	329.793,00	-109.931,00	-25,0%
	4.2.2.	Outras Transferências entre Administrações	439.724,00	439.724,00	329.793,00	-109.931,00	-25,0%
subtotal			439.724,00	439.724,00	329.793,00	-109.931,00	-25,0%
TOTAL PPI			5.078.677,28	9.438.735,92	10.675.652,15	1.236.916,23	13,1%

Da leitura do quadro n.º 32 verifica-se que, o Plano Plurianual de Investimentos, obteve uma execução de 10.675.652,15 Euros, ou seja, dos 21.068.541,61 Euros previstos para o Plano Plurianual de Investimentos foram cabimentados 17.623.542,91 Euros e efetuados compromissos no valor de 15.769.297,64 Euros. Regista-se, fundamentalmente, um crescimento, na ordem dos 13,1%, do executado em despesas de investimento, face a 2017, a que corresponde um aumento nominal a rondar os 1,2 m.e..

5.6

Despesa vs
Receita

Nesta alínea o intuito será o de entender a evolução mensal dos movimentos de tesouraria, ou seja, os fluxos totais, do pago e do recebido.

Para além destes pretende-se neste capítulo definir o conceito de Poupança Corrente e posteriormente analisar a situação municipal, bem como o de demonstrar numa perspetiva de fluxos de caixa, os recebimentos e os pagamentos.

Analisando o quadro n.º 33 constata-se que, de 2017 para 2018, a receita arrecadada registou uma variação positiva de 8,2%, variando a despesa paga no mesmo sentido, tendo registado um acréscimo de 0,4%. Em termos nominais corresponde a um aumento da receita arrecadada de cerca de 5,9 milhões de euros e a um aumento da despesa paga na ordem dos 303 mil euros. Assim atingiu-se durante o ano de 2018 uma taxa de absorção da despesa de 89,4%.

5.6.1

Execução e
Evolução Mensal

Deste modo, e de acordo com o quadro n.º 33, verifica-se do lado da receita que, à semelhança de 2017, os meses de maio, agosto e dezembro foram os

mais profícuos em termos de cobrança. Em qualquer dos casos, o substancial acréscimo, em relação a meses precedentes, é decorrente das transferências efetuadas pela Direção Geral dos Impostos, no âmbito de valores cobrados na área do Concelho referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). No que concerne à despesa, os meses de maior exigibilidade, em termos de tesouraria municipal foram os meses de junho, novembro e dezembro, situação legitimada pelo acompanhamento verificado do lado da receita no próprio mês ou no mês precedente.

Execução Mensal

Quadro N.º 33

(euros)

MÊS	RECEITA COBRADA			Δ	DESPESA PAGA			Δ
	2016	2017	2018	2017-2018	2016	2017	2018	2017-2018
Janeiro	3.723.638,41	5.055.537,55	5.574.859,32	10,3%	4.507.118,67	4.996.733,34	4.544.977,89	-9,0%
Fevereiro	3.678.281,06	4.042.051,25	3.853.599,36	-4,7%	4.975.053,34	5.097.055,05	4.339.935,46	-14,9%
Março	3.688.544,28	3.737.227,58	4.585.332,34	22,7%	4.361.258,79	5.015.559,41	4.866.505,10	-3,0%
Abril	3.967.792,77	4.195.352,66	4.474.564,89	6,7%	4.050.761,10	4.291.301,56	4.613.571,56	7,5%
Maio	11.406.079,91	15.672.027,55	13.980.887,06	-10,8%	5.277.317,44	5.604.309,09	6.901.563,82	23,1%
Junho	5.169.981,81	4.153.176,64	5.763.837,61	38,8%	7.723.024,57	7.339.266,45	7.866.977,47	7,2%
Julho	4.255.198,92	3.353.122,39	4.549.819,20	35,7%	5.396.588,10	4.512.389,59	5.293.867,70	17,3%
Agosto	7.652.775,25	10.097.214,60	9.982.230,89	-1,1%	5.183.978,77	5.108.611,36	5.300.284,71	3,8%
Setembro	3.271.026,43	3.697.827,87	4.445.778,47	20,2%	4.567.317,27	5.907.082,88	4.368.931,52	-26,0%
Outubro	3.667.583,67	3.491.236,89	4.994.985,16	43,1%	6.522.345,98	4.403.245,09	5.388.495,91	22,4%
Novembro	3.930.897,82	5.576.863,71	5.698.668,63	2,2%	4.691.566,14	7.627.043,92	7.174.615,25	-5,9%
Dezembro	9.984.294,42	9.169.100,42	10.243.456,29	11,7%	7.289.457,21	9.619.757,53	9.165.832,45	-4,7%
TOTAL	64.396.094,75	72.240.739,11	78.148.019,22	8,2%	64.545.787,38	69.522.355,27	69.825.558,84	0,4%

É de referir que até ao ano de 2014, o princípio orçamental do equilíbrio era verificado nos termos do ponto 3.1.1. alínea e), do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), $\text{Receitas Correntes Cobrada} \geq \text{Despesas Correntes Paga}$. Em 2015 passou a ser apurado nos termos do art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 03/set (RFALEI), ou seja, $\text{Receitas Correntes Brutas Cobradas} \geq \text{Despesas Correntes Pagas} + \text{Amortizações Médias de Empréstimos de médio e longo prazo (EMLP)}$.

5.6.2

Saldo Corrente

Evolução Saldo Corrente

Quadro n.º 34

(euros)

	2016	2017	2018
Receitas Correntes Brutas Cobradas	63.718.451,52	71.489.092,02	75.588.696,68
Despesas Correntes Pagas	51.166.580,00	51.496.317,40	51.584.221,09
SALDO CORRENTE	12.551.871,52	19.992.774,62	24.004.475,59
Amortização Média dos EMLP 2018			3.509.770,17
		DIFERENÇA	20.494.705,42

Assim e de acordo com o quadro n.º 34, o saldo corrente foi positivo, consubstanciado no valor de 20.494.705,42 Euros, cumprindo-se desta forma, o princípio orçamental do equilíbrio, acima mencionado.

O mapa de resumo dos Fluxos de Caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria. O resultado dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2018, aparece refletido no quadro n.º 35, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 83.167.615,47 Euros, sendo que 78.148.019,22 Euros são provenientes de receitas orçamentais e 5.019.596,25 Euros são resultantes de Operações de Tesouraria.

5.6.3

Fluxos de Caixa

Resumo dos Fluxos de Caixa

Quadro N.º 35

(euros)

RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da Gerência Anterior	10.403.194,00	Despesas Orçamentais	69.825.558,84
Execução Orçamental	9.376.411,71	Correntes	51.584.221,09
Operações de Tesouraria	1.026.782,29	Capital	18.241.337,75
Receitas Orçamentais	78.148.019,22	Operações de Tesouraria	4.720.996,59
Correntes	75.588.696,68	Saldo para a Gerência Seguinte	19.024.254,04
Capital	2.533.114,63	Execução Orçamental	17.698.872,09
Outras	26.207,91	Operações de Tesouraria	1.325.381,95
Operações de Tesouraria	5.019.596,25	TOTAL	93.570.809,47
TOTAL	93.570.809,47		

Desta forma, sendo a despesa global mais operações de tesouraria (74.546.555,43 Euros) inferior em 8.621.060,04 Euros à receita efetivamente cobrada mais operações de tesouraria e existindo um saldo inicial de 10.403.194,00 Euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 19.024.254,04 Euros.

Este saldo decompõe-se em 17.698.872,09 Euros como saldo de operações orçamentais e 1.325.381,95 Euros como saldo de operações de tesouraria.

De referir que se encontra aqui englobado o valor de 4.876.411,71 Euros, relativo ao saldo de gerência de 2017, que não foi incorporado no Orçamento de 2018.

5.7

Transferências e Subsídios

O ponto 5.7. tem como finalidade decompor e posteriormente analisar as Transferências Correntes e de Capital, concedidas e obtidas, bem como os Subsídios Concedidos.

No agrupamento 4 do classificador económico da despesa, de acordo com o Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na sua atual redação, encontram-se as Transferências Correntes.

Nas suas rubricas são contabilizadas as importâncias entregues a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras qualquer contraprestação direta à autarquia. No agrupamento 10, relativo a Transferências de Capital, o raciocínio é idêntico mas, no caso destas o intuito é financiar despesas de capital.

Por último no agrupamento 5, referente a Subsídios, são contabilizados os fluxos financeiros não reembolsáveis do Município para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

5.7.1

Transferências e Subsídios Concedidos

Assim e de acordo com o quadro n.º 36, ao nível das Transferências destaca-se, primeiramente, os recursos financeiros entregues às Juntas de Freguesia do Concelho, que atingiram em 2018 entre natureza corrente e capital cerca de 5,1 milhões de euros, o que representa 58,6% do total transferido.

Deste modo em 2018 e comparativamente com o período homólogo do ano anterior, verificou-se um aumento de 1,9% nas verbas totais transferidas, ou seja, mais cerca de 166 mil Euros, face a 2017.

Transferências e Subsídios Concedidos

Quadro N.º 36

(euros)

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO 2018	PESO
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.592.003,70	52,3%
Continente	2.035.415,16	23,2%
Freguesias	1.370.716,48	15,6%
Outros	664.698,68	7,6%
Instituições sem Fins Lucrativos	2.538.191,89	28,9%
Bombeiros	782.472,14	8,9%
Coletividades e Associações	129.824,49	1,5%
Outras	1.625.895,26	18,5%
Famílias	18.396,65	0,2%
Outras	18.396,65	0,2%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.185.709,82	47,7%
Continente	3.771.683,34	43,0%
Freguesias	3.771.683,34	43,0%
Instituições sem Fins Lucrativos	414.026,48	4,7%
Bombeiros	205.506,80	2,3%
Coletividades e Associações	168.760,30	1,9%
Outras	39.759,38	0,5%
TOTAL	8.777.713,52	100,0%

Destaca-se o acréscimo de 0,1% nas transferências concedidas às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho (AHBV) para pagamento de despesas correntes e de capital.

Os capítulos 6 e 10, desagregados no quadro n.º 37, estão destinados à contabilização de receitas provenientes de transferências, isto é, o conjunto de recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida da autarquia, destinadas a financiar qualquer tipo de despesas.

5.7.2

Transferências
Obtidas

5.7.2.1 | Execução de Transferências Obtidas

Dentro das Transferências Correntes obtidas verifica-se que, das provenientes da Administração Central, o Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente (FEF) representou 24,4% do total transferido, mas se a este juntarmos o FEF relativo ao financiamento de capital o seu peso sobe para os 27,1%.

Transferências Obtidas

Quadro N.º 37

(euros)

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO 2018	PESO
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.986.300,37	90,1%
Administração Central	21.918.497,65	89,9%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5.954.221,00	24,4%
Fundo Social Municipal (FSM)	1.761.411,00	7,2%
Participação Fixa no IRS	7.496.334,00	30,7%
Serviços e Fundos Autónomos	6.706.531,65	27,5%
Segurança Social	67.802,72	0,3%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social	67.802,72	0,3%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.404.326,86	9,9%
Administração Central	2.404.326,86	9,9%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	661.580,00	2,7%
Construção da Unidade de Saúde de Odivelas	521.688,74	2,1%
Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados	1.221.058,12	5,0%
Plano de Mobilidade e Transportes de Odivelas	76.983,58	0,3%
Projetos Educativos Municipais - Projeto de Cidadania	22.638,13	0,1%
Rede Ecológica Metropolitana de Valorização da Natureza, da Biodiversidade, recreio e lazer - Zona Verde das Colinas do Cruzeiro - Zona Norte	147.189,03	0,6%
Valorização Paisagística do Dólmén do Sítio das Pedras Grandes	122.479,57	0,5%
ValorRio - Valorização e Proteção do Património - Requalificação da Vegetação ripícola do Rio da Costa (2.ª Fase)	89.554,25	0,4%
Remodelação e Ampliação da Escola dos Castanheiros	96.794,24	0,4%
Centro de Saúde de Odivelas	665.419,32	2,7%
TOTAL	24.390.627,23	100,0%

No âmbito do Fundo Social Municipal, cujo valor corresponde a uma transferência do Orçamento de Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social, foi arrecadado um montante de 1.761.411,00 Euros.

No que concerne à participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em 2017 a liquidar em 2018 foi fixada em 5%, de acordo com o deliberado na 4.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada a 21 de dezembro de 2017, e gerou uma receita de 7.496.334,00 Euros, representando deste modo 30,7% do total transferido.

Destaque, também, para o artigo “Serviços e Fundos Autónomos” e particularmente, para os recebimentos classificados em transferências correntes, que se referem, sobretudo, ao acordo de cooperação celebrado entre a DRELVT e o Município de Odivelas, para a educação pré-escolar e para o programa de atividades de enriquecimento curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico, bem como às verbas transferidas pelo Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, no âmbito da transferência de competências para os Municípios - Pessoal não Docente.

No âmbito das Transferências de Capital, realça-se a Construção da Unidade de Saúde de Odivelas, que entre as candidaturas a financiamentos FEDER e Portugal 2020, arrecadou cerca de 1,1 m.e.. Evidência, também, para o facto de no âmbito de candidaturas a projetos co-financiados, o município ter arrecadado um total de 1,2 m.e..

Assim, globalmente, em 2018, o Município de Odivelas arrecadou no capítulo das Transferências (correntes e capital) um total de 24.390.627,23 Euros, o que representa 31,2%, do total da receita cobrada, no ano em análise.

5.7.2.1 | Evolução de Transferências Obtidas

Em termos evolutivos e de acordo com o quadro n.º 38, constata-se um acréscimo ligeiro das transferências obtidas, do exercício 2017 para 2018, de 10,9%.

Evolução Transferências Obtidas

Quadro N.º 38

(euros)

ANO	DESCRIÇÃO		TOTAL
	Transferências Correntes	Transferências Capital	
2016	21.199.273,30	640.873,24	21.840.146,54
2017	21.274.535,25	725.038,27	21.999.573,52
2018	21.986.300,37	2.404.326,86	24.390.627,23
VARIAÇÃO 2017-2018	3,3%	231,6%	10,9%

Neste ponto é relevante referir que, as Demonstrações Financeiras do exercício em análise foram profundamente marcadas pela dissolução e liquidação da Sociedade Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A. (PPP) e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Odivelas, que consequentemente gerou a reversão para a esfera municipal de todos os seus direitos, obrigações, ativos e passivos.

6.

Análise
Patrimonial

6.1

Situação
Económica e
Financeira

A análise económico-financeira que agora se apresenta sintetiza os resultados alcançados pelo Município, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018.

O Balanço apresenta, assim, a situação do património da autarquia à data de encerramento do exercício. Dando a conhecer, por um lado, o Ativo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos e, por outro, o Passivo e Fundos Próprios que representam a origem dos fundos.

6.1.1

Balanço:
Estrutura e
Evolução

Pela leitura e análise do quadro n.º 39 é possível visualizar a situação patrimonial do Município, através das mutações ocorridas nas diferentes massas patrimoniais, bem como a sua evolução no período 2016-2018.

Assim, o Município de Odivelas terminou o ano de 2018, com um Ativo Líquido valorizado em 237.866.462,57 Euros, verificando-se um aumento de 27.816.227,64 Euros, comparativamente ao ano de 2017 e justificado pela internalização da empresa Odivelas Viva.

Desta forma, o acréscimo dos Fundos Próprios, em 8.254.813,59 Euros, deve-se sobretudo ao movimento de incremento por via do Resultados Líquidos de 2017, no valor de 8.243.853,61 Euros.

Salienta-se o facto de o Município de Odivelas demonstrar uma capacidade de gerar resultados líquidos positivos, tendo em 2018 o valor de 11.826.348,33 Euros. Comparativamente ao ano anterior, assistiu-se a um aumento do seu valor em 3.582.494,72 Euros.

O Passivo Total regista um acréscimo de 34,8%, face ao exercício de 2017, fundamentado, essencialmente, pelo aumento verificado ao nível das Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo, que registou uma variação positiva de 124,2%, resultante da internalização do empréstimo da extinta Odivelas Viva.

Na análise da estrutura do Ativo, constata-se que 210.805.197,11 Euros, ou seja, 88,6% do Ativo total é referente ao Imobilizado Líquido.

Relativamente ao Ativo Circulante e comparativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de 40,2%, justificado pelo acréscimo verificado nas Disponibilidades, com um incremento de 8.621.060,04 euros, comparativamente ao ano de 2017.

Em termos de saldo para o ano seguinte, 1.325.872,09 Euros dizem respeito a operações de tesouraria, constituindo os restantes 17.698.872,09 Euros o Saldo de Gerência Orçamental para o ano de 2018.

Balço – Estrutura e Evolução

Quadro N.º 39

(euros)

DESCRIÇÃO	2016	PESO	2017	PESO	2018	PESO	Δ 2017- 2018
ATIVO							
Imobilizado	191.387.949,83	92,5%	190.741.938,84	90,8%	210.805.197,11	88,6%	10,5%
Bens de Domínio Público	54.903.657,76	26,5%	52.965.723,00	25,2%	50.170.487,67	21,1%	-5,3%
Imobilizações Incorpóreas	125.728,36	0,1%	164.475,82	0,1%	64.053,67	0,0%	-61,1%
Imobilizações Corpóreas	131.724.389,26	63,7%	132.810.025,37	63,2%	157.035.791,33	66,0%	18,2%
Investimentos Financeiros	4.634.174,45	2,2%	4.801.714,65	2,3%	3.534.864,44	1,5%	-26,4%
Circulante	15.560.016,02	7,5%	19.308.296,09	9,2%	27.061.265,46	11,4%	40,2%
Existências	83.946,21	0,0%	85.536,36	0,0%	80.792,08	0,0%	-5,5%
Dívidas de Terceiros - Médio/Longo Prazos	0,00	0,0%	603.270,72	0,3%	409.081,79	0,2%	-32,2%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	3.477.104,89	1,7%	3.902.930,83	1,9%	3.080.951,24	1,3%	-21,1%
Títulos Negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
Disponibilidades	7.465.230,65	3,6%	10.403.194,00	5,0%	19.024.254,04	8,0%	82,9%
Acréscimos e Diferimentos	4.533.734,27	2,2%	4.313.364,18	2,1%	4.466.186,31	1,9%	3,5%
TOTAL ATIVO	206.947.965,85	100,0%	210.050.234,93	100,0%	237.866.462,57	100,0%	14,9%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO							
Fundos Próprios	160.177.795,74	77,4%	168.432.609,33	80,2%	181.774.705,33	76,4%	7,9%
Património	319.298.048,58	154,3%	319.298.048,58	152,0%	319.298.048,58	134,2%	0,0%
Reservas Legais	2.268.214,12	1,1%	2.584.762,49	1,2%	3.014.670,17	1,3%	16,6%
Doações	260.460,84	0,1%	260.785,84	0,1%	260.785,84	0,1%	0,0%
Resultados Transitados	-167.979.895,21	-81,2%	-161.954.841,19	-77,1%	-152.625.147,59	-64,2%	-5,8%
Resultado Líquido do Exercício	6.330.967,41	3,1%	8.243.853,61	3,9%	11.826.348,33	5,0%	43,5%
Passivo	46.770.170,11	22,6%	41.617.625,60	19,8%	56.091.757,24	23,6%	34,8%
Provisões para Riscos e Encargos	1.319.811,94	0,6%	1.445.659,91	0,7%	1.549.828,94	0,7%	7,2%
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazos	13.484.872,69	6,5%	10.494.774,94	5,0%	23.531.210,93	9,9%	124,2%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	7.004.293,66	3,4%	5.017.682,43	2,4%	3.801.483,49	1,6%	-24,2%
Acréscimos e Diferimentos	24.961.191,82	12,1%	24.659.508,32	11,7%	27.209.233,88	11,4%	10,3%
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	206.947.965,85	100,00%	210.050.234,93	100,0%	237.866.462,57	100,0%	14,9%

No que concerne ao Passivo exigível de curto prazo (Dívidas a Terceiros - Curto Prazo), assinala-se o decréscimo de 24,2%, em relação a 2017. O Passivo de Médio e Longo Prazo, fixado em 23.531.210,93 Euros, cresceu 124,2%, em resultado da integração do empréstimo da Odivelas Viva.

Relativamente aos acréscimos e diferimentos passivos, no valor de 27.209.233,88 Euros, tiveram uma variação positiva de 10,3% justificada pela transferência para resultados extraordinários do valor dos subsídios ao investimento, na proporção das amortizações do exercício dos bens financiados.

Realce também para o registo nas Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo, mais concretamente na conta Credores das Administrações Públicas, de um valor de 109.931,00 Euros. Este refere-se às contribuições do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), de acordo com a regularização prevista na Lei do Orçamento de Estado 2018 (LOE 2018), onde foi alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, tendo-se traduzido numa redução do montante anual a suportar pelo município.

Em termos de Fundos Próprios, verifica-se um incremento de 13.342.096,00, face ao exercício do ano anterior, justificado pelo resultado líquido do período, que comparativamente a 2017 teve um aumento de 3.582.494,72 Euros.

A conta do Resultado Líquido do Exercício será objeto de análise no ponto seguinte.

Assim, em 31 de dezembro de 2018, a dívida global do Município de Odivelas avulta em 27.332.694,42 Euros, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 86,1% e de curto prazo 13,9%.

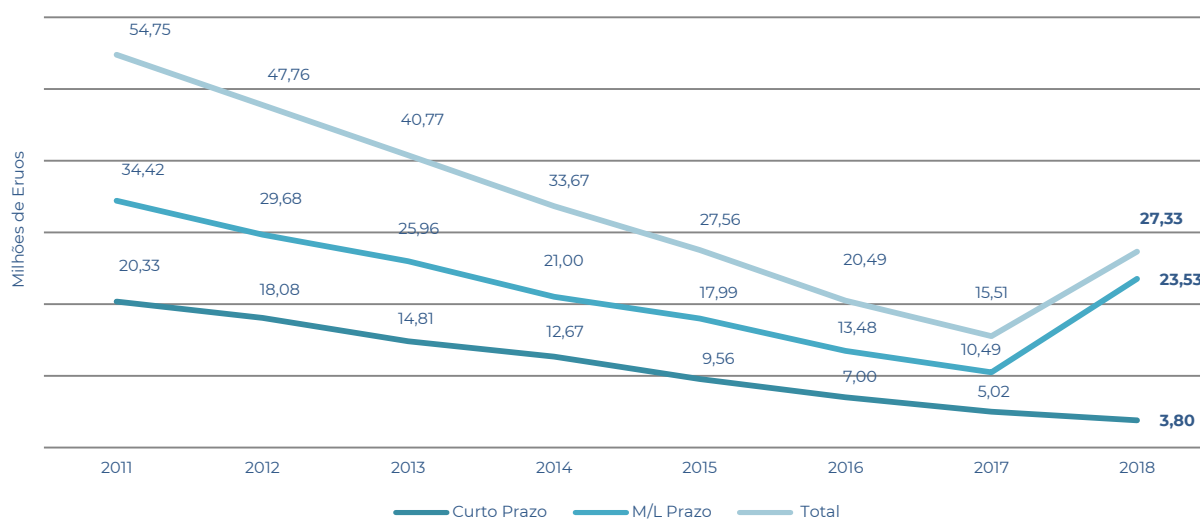
Deste modo, verifica-se que a dívida global do Município de Odivelas diminuiu cerca de 7,1 milhões de Euros de 2013 para 2014, mais de 6,1 milhões de Euros de 2014 para 2015, 7,1 milhões de euros de 2015 para 2016 e

cerca de 5,0 milhões de 2016 para 2017 e registou um aumento de 2017 para 2018 de 11,8 milhões de euros.

Este incremento da dívida prende-se com a internalização do empréstimo de médio e longo prazo da extinta Odivelas Viva, que no final do período acrescia ao total da dívida 16.878.130,41 Euros.

Refira-se assim que o total da dívida municipal sem esta situação cifrar-se-ia nos 10.454.564,01 Euros.

Demonstra-se a acentuada tendência de descida, em representação gráfica, da evolução entre 2011 a 2017 do Passivo Exigível Total (total do Passivo líquido de provisões e acréscimos e diferimentos). Em 2018 o passivo exigível de longo prazo subiu, pelos factos acima expostos, fazendo por sua vez, aumentar o passivo exigível total. Relativamente ao de curto prazo a tendência da descida manteve-se.



A Demonstração de Resultados por Natureza (DR) é o mapa contabilístico que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido do exercício, através do confronto dos proveitos e ganhos e dos custos e perdas apurados, pretendendo aferir o grau de eficiência económica atingido pela autarquia e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados, de forma a prognosticar a capacidade da mesma em gerar fluxos de caixa.

6.12

Demonstração
de Resultados:
Estrutura e
Evolução

Demonstração de Resultados (DR) – Estrutura e Evolução

Quadro N.º 40
(euros)

DESCRIÇÃO	2016	PESO	2017	PESO	2018	PESO	Δ 2017-2018
CUSTOS E PERDAS							
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	88.754,90	0,1%	59.345,96	0,1%	126.579,21	0,2%	113,3%
Fornecimentos e Serviços Externos	23.496.045,57	38,7%	26.501.537,80	41,0%	24.224.114,99	37,3%	-8,6%
Custos com o Pessoal	22.220.039,49	36,6%	22.472.180,90	34,8%	23.557.139,68	36,3%	4,8%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	3.913.538,29	6,4%	4.045.134,53	6,3%	4.544.920,43	7,0%	12,4%
Amortizações do Exercício	5.973.804,87	9,8%	6.133.604,47	9,5%	6.450.967,14	9,9%	5,2%
Provisões do Exercício	157.893,94	0,3%	241.888,03	0,4%	739.313,75	1,1%	205,6%
Outros Custos Operacionais	572.606,49	0,9%	656.852,95	1,0%	644.222,09	1,0%	-1,9%
Custos e Perdas Operacionais (A)	56.422.683,55	92,9%	60.110.544,64	93,0%	60.287.257,29	92,9%	0,3%
Custos e Perdas Financeiros	121.024,16	0,2%	46.511,68	0,1%	247.478,08	0,4%	432,1%
Custos e Perdas Correntes (C)	56.543.707,71	93,1%	60.157.056,32	93,1%	60.534.735,37	93,3%	0,6%
Custos e Perdas Extraordinários	4.165.933,00	6,9%	4.462.812,82	6,9%	4.342.147,24	6,7%	-2,7%
Total dos Custos e Perdas (E)	60.709.640,71	100,0%	64.619.869,14	100,0%	64.876.882,61	100,0%	0,40%
PROVEITOS E GANHOS							
Vendas e Prestações de Serviços	1.887.510,81	2,8%	2.289.219,58	3,1%	2.889.513,66	3,8%	26,2%
Impostos e Taxas	33.148.561,01	49,4%	36.001.434,82	49,4%	41.939.890,65	54,7%	16,5%
Transferências e Subsídios Obtidos	21.729.293,04	32,4%	22.384.339,00	30,7%	23.023.566,92	30,0%	2,9%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
Proveitos e Ganhos Operacionais (B)	56.765.364,86	84,7%	60.674.993,40	83,3%	67.852.971,23	88,5%	11,8%
Proveitos e Ganhos Financeiros	6.949.415,43	10,4%	7.353.616,13	10,1%	7.285.509,16	9,5%	-0,9%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	63.714.780,29	95,0%	68.028.609,53	93,4%	75.138.480,39	98,0%	10,5%
Proveitos Extraordinários	3.325.827,83	5,0%	4.835.113,22	6,6%	1.564.750,55	2,0%	-67,6%
Total dos Proveitos e Ganhos (F)	67.040.608,12	100,0%	72.863.722,75	100,0%	76.703.230,94	100,0%	5,27%
Resultados Extraordinários:	-840.105,17		372.300,40		-2.777.396,69		846,0%
Resultados Operacionais: (B - A)	342.681,31		564.448,76		7.565.713,94		1240,4%
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	6.828.391,27		7.307.104,45		7.038.031,08		-3,7%
Resultados Correntes: (D - C)	7.171.072,58		7.871.553,21		14.603.745,02		85,5%
Resultado Líquido do Exercício: (F - E)	6.330.967,41		8.243.853,61		11.826.348,33		43,5%

Da análise do quadro n.º 40, verifica-se que a atividade do Município de Odivelas em 2018, gerou um Resultado Líquido do Exercício, no montante de 11.826.348,33 Euros, induzido por um total de Proveitos e Ganhos de 76.703.230,94 Euros e de Custos e Perdas incorridas no valor de 64.876.882,61 Euros.

No que se refere aos Resultados Operacionais, o Município encerra, o ano de 2018, com um valor de 7.565.713,94 Euros, o que significa que a atividade operacional gerou fluxos suficientes para fazer face aos custos operacionais. Assim e em termos evolutivos, assistiu-se a um acréscimo de 0,3%, dos custos operacionais e um acréscimo de 11,8% dos proveitos da mesma natureza face a 2017. Desta forma se justifica o acréscimo verificado nos resultados operacionais de 2017 para 2018.

Os proveitos operacionais representaram assim, em 2018, 88,5% do montante global dos proveitos. De igual modo, do lado dos custos, são os operacionais, os que mais pesam na sua estrutura, representando 92,9%, do seu total.

Relativamente às Amortizações do Exercício, registou-se um acréscimo de 5,2%, face ao ano de 2017. Em termos de Fornecimentos e Serviços Externos, verifica-se uma redução de cerca de 2,2 milhões de euros, justificado, fundamentalmente, pela dissolução da empresa Odivelas Viva, que gerou por sua vez a extinção dos contratos de arrendamento relativos aos equipamentos contratualizados.

Em termos de custos com pessoal, verificou-se um acréscimo de cerca de 1,0 me., face a 2017, pelas razões mencionadas em ponto próprio.

Os custos e perdas financeiros apresentam um acréscimo de aproximadamente 200 mil euros face a 2017. Esta situação resulta dos juros remuneratórios suportados com a incorporação do empréstimo da empresa Odivelas Viva.

Em termos dos custos e perdas extraordinários, verifica-se um decréscimo de 2,7%, face a 2017.

Por outro lado, também se verificou um acréscimo do valor das transferências dos impostos e taxas face a 2017.

Em termos de proveitos financeiros, verifica-se um decréscimo de 0,9% face a 2017. Esta rubrica consubstancia-se nas rendas de concessão da EDP, nos termos da Portaria n.º 437/2001, de 28 de Abril e das receitas de águas residuais (tarifa fixa – conceito 21 e Tarifa variável – conceito 26) cobradas aos municípios de Odivelas, bem como o débito das rendas pagas pelos SIMAR referentes a redes de saneamento de águas residuais.

O Resultado Líquido do Exercício, resulta, principalmente, da atividade financeira, tendo-se fixado nos 11.826.348,33 Euros.

6.2

Dívida Municipal

Neste ponto é pretendido dar a conhecer a estrutura e evolução do Stock e do Serviço da Dívida, assim como espelhar a capacidade de endividamento municipal.

O quadro n.º 41 espelha a evolução da dívida bancária nos anos 2016 a 2018, constatando-se que, o total amortizado do início ao final do período, em 2018 foi de 3.379.975,79 Euros. No entanto a dívida no final do período é de 23.421.279,93 Euros. Esta situação decorre da dissolução e liquidação da Sociedade Odivelas Viva - Construção e Manutenção de

6.1.2

Stock da Dívida:
Estrutura e
Evolução

Equipamentos, S.A. (PPP) e do Plano de Internalização da sua atividade no Município de Odivelas, que na sua conclusão previa a reversão para o Município de todos os seus direitos, obrigações, ativos e passivos, conforme deliberação da AMO, na sua 3.ª Sessão Extraordinária, realizada a 26 de março de 2018. Deste modo, durante o mês de junho, procedeu-se à migração do empréstimo contraído pela referida Sociedade junto da Caixa Geral de Depósitos, que no momento da sua transferência para a esfera municipal era de 17.625.652,78 euros.

Desta forma a dívida de médio e longo prazo, do início para o final do período, assistiu a um crescimento de 155,3%.

No quadro seguinte apresentam-se os financiamentos bancários contratados a médio e longo prazo, bem como, os encargos suportados em 2018:

6.2.2

Serviço da Dívida:
Estrutura e
Evolução

Stock da Dívida

Quadro N.º 41

(euros)

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
1 - Dívida de Médio e Longo Prazo no início do período	17.993.407,45	13.484.872,69	9.175.602,93
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	0,00	0,00	17.625.652,78
3 - Juros capitalizados	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4.508.534,76	4.309.269,76	3.379.975,79
5 - Retificação de anos anteriores	0,00	0,00	0,00
Dívida no final do período (1+2+3+4)	13.484.872,69	9.175.602,93	23.421.279,93
TAXA DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA	-	-0,32	1,55

Serviço da Dívida

Quadro N.º 42

(euros)

DATA DA APROVAÇÃO PELA AM	FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO	CARACTERIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO	CAPITAL		ENCARGOS DO ANO		ENCARGO S DO ANO VENCIDOS E NÃO PAGOS	DÍVIDA EM 31 DE DEZEMBRO
			Contratado	Utilizado	Amortização	Juros		
MÉDIO E LONGO PRAZO								
03-04-2001	Investimento (N)	Caixa Geral de Depósitos	24.939.894,85	24.939.894,85	1.832.449,11	12.113,96	0,00	4.597.422,05
12-06-2001	P.E.R. (I-Lei 42/98)*	Caixa Geral de Depósitos	5.677.984,06	5.677.984,06	263.506,97	501,67	0,00	791.323,54
09-10-2003	Investimento (N)	Caixa Geral de Depósitos	728.875,00	728.875,00	66.921,72	51,53	0,00	0,00
30-10-2002	Investimento (I- Lei 107-B/03)	Banco Português de Investimento	9.900.000,00	5.777.972,62	320.998,00	168,77	0,00	0,00
09-10-2003	Investimento (N)	Banco Português de Investimento	728.875,00	728.775,49	66.649,59	51,82	0,00	0,00
14-12-2006	P.E.R. (I-Lei 42/98)*	Instituto de Hab. e Reab. Urbana	1.348.916,00	1.348.916,00	55.138,31	352,83	0,00	774.445,09
14-12-2006	P.E.R. (I-Lei 42/98)*	Instituto de Hab. e Reab. Urbana	627.541,00	627.541,00	26.789,71	691,86	0,00	379.958,84
26-03-2018	Investimento (N)	Caixa Geral de Depósitos	17.625.652,78	17.625.652,78	747.522,37	228.075,80	0,00	16.878.130,41
TOTAL			61.577.738,69	57.455.611,80	3.379.975,78	242.008,24	0,00	23.421.279,93

Verifica-se que no ano de 2018 o Município de Odivelas liquidou 3.379.975,78 Euros, relativos a amortizações de capital e 242.008,24 Euros, referentes a juros remuneratórios de empréstimos de M/L prazo contratados.

Abaixo é apresentado o quadro relativo à demonstração do limite da dívida total do Município de Odivelas, previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constatando-se que o Município de Odivelas não excedeu o limite de dívida total em 2018, tendo gerado fluxos financeiros que permitiram fazer face às responsabilidades assumidas.

6.2.3

Evolução da
Capacidade de
Endividamento

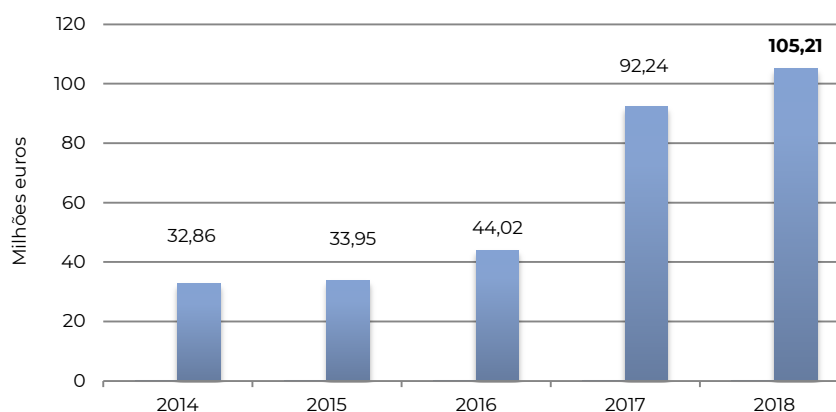
MAPA DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

QUADRO N.º 43

(euros)

Demonstração do cálculo dos limites da dívida total municipal para 2018		2018
1	Receita corrente líquida em 2015	85.351.939,19
2	Receita corrente líquida em 2016	84.988.071,58
3	Receita corrente líquida em 2017	
4	Total da Receita Corrente Líquida 2015 - 2017	263.298.396,44
5	Média da Receita corrente líquida cobrada em 2015/2016/2017	87.766.132,15
6	Limite da dívida Total	131.649.198,22
Situação da dívida total municipal a 31 de Dezembro de 2018		
1	Total das Dívidas a Terceiros	27.332.694,42
2	Contribuição SM/AM/SEL/Entidades Participadas	757.678,65
3	Dívida Total	28.090.373,07
4	Total da Dívida não Orçamental	1.325.381,95
5	Total do Fundo de Apoio Municipal (FAM)	329.793,00
6	Dívida Total excluindo Não Orçamental e FAM	26.435.198,12
Situação face aos limites		
Dívida total - Margem		105.214.000,10
Margem Utilizável		21.042.800,02

Apresenta-se abaixo representação gráfica da evolução da margem de endividamento municipal, onde se verifica que no último triénio o Município tem vindo a alargar a margem disponível de endividamento, passando dos cerca de 32 milhões de euros em 2014 para os 105 milhões de euros em 2018.



A incorporação do valor do ativo imobilizado proveniente da Odivelas Viva, tem reflexos imediatos no apuramento do Prazo Médio de Pagamentos.

Assim, o Prazo Médio de Pagamentos do Município de Odivelas era a 31/12/2018 de 14 dias, cumprindo-se desta forma com enorme margem a legislação aplicável, ou seja, o PMP 2018 ficou muito abaixo do limite a partir do qual a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), inclui uma Autarquia na lista de incumprimento nesta matéria (90 dias).

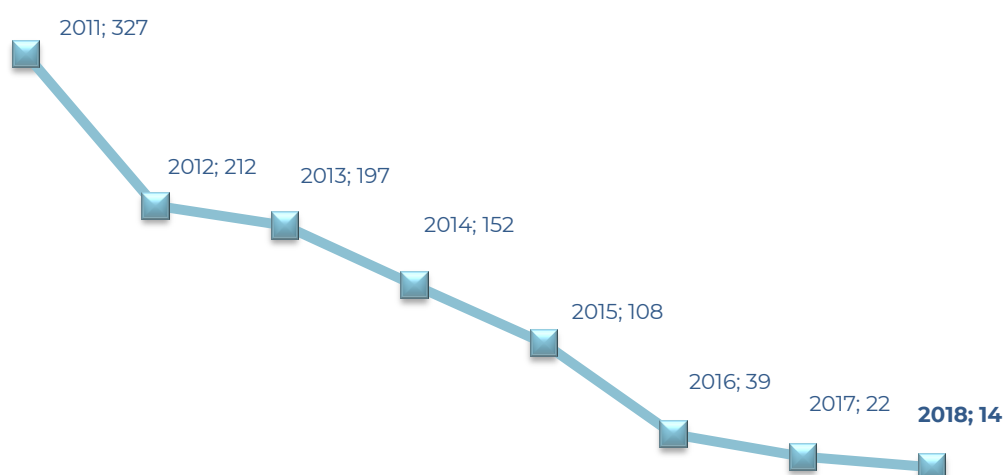
De referir que se não tivesse sido efetuada a incorporação deste valor de ativo imobilizado o Prazo Médio de Pagamentos do Município de Odivelas seria de 22 dias, mantendo-se igual ao de 2017.

Apresenta-se abaixo evolução gráfica do PMP a fornecedores do Município, em que fica evidente a redução do mesmo nos últimos 6 anos, passando de 327 dias em 2011 para 14 dias em 2018, ou seja, de aproximadamente 1 ano para menos de 1/2 mês.

6.2.4

Prazo Médio de Pagamentos

Evolução do PMP em nº dias



7.

Indicadores de
Gestão

7.1

Indicadores de
Natureza
Orçamental

De forma a completar a análise da receita e da despesa do Município ao longo dos últimos três anos, apresentam-se os rácios de estrutura da receita e da despesa e o grau de cobertura global das receitas e das despesas.

Pela leitura do quadro n.º 44 podemos comprovar que o peso relativo dos impostos diretos na estrutura da receita, que representou em 2018 48,4% da cobrança total.

Relevo também para o facto das Receitas Próprias, terem aumentado o seu peso no total da receita, sendo que Receitas Próprias são aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos

7.1.1

Rácios da
Estrutura da
Receita

Verifica-se também, um acréscimo do peso relativo do total das transferências arrecadadas, relativamente ao total das receitas. Por outro lado, o rácio dos passivos financeiros (utilizações de capital) foi de 0,0%, em virtude de não ter havido recurso à utilização/contratação de empréstimo bancários.

Rácios da Estrutura da Receita

Quadro N.º 44

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2017-2018
Impostos Diretos / Receitas Totais	45,9%	45,1%	48,4%	7,3%
Receitas Próprias / Receitas Totais	66,1%	69,5%	68,8%	-1,1%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	33,3%	29,8%	29,1%	-2,3%
Transferências Totais / Receitas Totais	33,9%	30,5%	31,2%	2,5%
Passivos Financeiros / Receitas Totais	0,0%	0,0%	0,0%	n.a.
Receitas Correntes / Receitas Totais	98,9%	99,0%	96,7%	-2,3%
Receitas de Capital / Receitas Totais	1,0%	1,0%	3,2%	224,1%

No que à despesa diz respeito, verifica-se que 33,5%, do total das despesas são referentes a encargos com o pessoal. Refira-se também que 14,8% do mesmo total foi canalizado para investimento e que o serviço da dívida, isto é, juros e amortizações suportados referentes a empréstimos de curto, médio e longo prazo contratados, absorveu 5,2% do total realizado.

7.1.2

Rácios da
Estrutura da
Despesa

Rácios da Estrutura da Despesa

Quadro N.º 45

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2017-2018
Despesas com Pessoal / Despesas Totais	34,7%	32,8%	33,5%	2,2%
Investimento / Despesas Totais	7,2%	12,9%	14,8%	15,1%
Serviço da Dívida / Despesas Totais	7,1%	6,2%	5,2%	-17,0%
Despesas Correntes / Despesas Totais	79,3%	74,1%	73,9%	-0,3%
Despesas Capital / Despesas Totais	20,7%	25,9%	26,1%	0,8%

7.1.3

Rácios
Financeiros

De acordo com o quadro n.º 46, é possível verificar que a arrecadação efetuada com a cobrança de Impostos Diretos permitiu cobrir 54,1% do total da despesa paga.

Depreende-se também, que as receitas de capital conseguiram financiar 13,9% do total das despesas com a mesma natureza e que as transferências provenientes do Orçamento de Estado cobriram 23,5% do total da despesa.

Rácios Financeiros

Quadro N.º 46

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
Despesas com o Pessoal / Receitas Correntes	35,1%	31,9%	31,0%
Transferências do OE / Despesas Totais	23,6%	22,5%	23,5%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	124,5%	138,8%	146,5%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	4,8%	4,0%	13,9%
Receita Total / Despesa Total	99,8%	103,9%	111,9%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos Diretos / Despesa Total	45,8%	46,9%	54,1%

Segundo a regra do equilíbrio substancial do orçamento, as receitas correntes deverão ser pelo menos iguais às despesas correntes, pelo que não deverão afetar-se receitas de capital ao financiamento de despesas correntes. Deste modo, no exercício económico de 2018 registaram-se os seguintes valores:

Resumo da Execução Orçamental da Receita e da Despesa

Quadro N.º 47

(euros)	
DESCRIÇÃO	VALOR
Receitas Correntes	75.588.696,68
Despesas Correntes	51.584.221,09
Saldo Corrente	24.004.475,59
Receitas de Capital	2.533.114,63
Despesas de Capital	18.241.337,75
Saldo Capital	-15.708.223,12
Outras Receitas	26.207,91
Outras Despesas	0,00
Saldo Total	8.322.460,38
Saldo Inicial	9.376.411,71
SALDO FINAL	17.698.872,09

Assim, conclui-se que, as receitas correntes são superiores às despesas correntes em 24.004.475,59 Euros sendo que o Município utilizou 68,2% destas receitas para financiamento corrente e os restantes 31,8% direcionou-se para investimento e reforço da tesouraria.

Esta poupança corrente gerada foi parcialmente consumida por despesas de capital, acumulando-se um saldo total positivo de 8.296.252,47 Euros, que somado ao saldo apurado entre Outras Receitas e Outras Despesas mais o saldo inicial de 9.376.411,71 Euros, resulta num saldo final orçamental da gerência de 17.698.872,09 Euros.

7.2

Indicadores de
Natureza
Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente, os bens de domínio público (que representam cerca de 21,1% do ativo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

7.2.1

Rácios da
Estrutura do
Balanço

Rácios da Estrutura do Balanço

Quadro N.º 48

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
Estrutura do Ativo			
Imobilizado / Ativo Total	92,5%	90,8%	88,6%
Circulante / Ativo Total	7,5%	9,2%	11,4%
Estrutura do Passivo			
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo / Passivo	28,8%	25,2%	42,0%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo / Passivo	15,0%	12,1%	6,8%
Análise da Dívida a Terceiros			
- Coeficiente de Endividamento a Curto Prazo			
Dívidas a Terceiros Curto Prazo / Fundos Próprios	4,4%	3,0%	2,1%
- Coeficiente de Endividamento a Longo Prazo			
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo / Fundos Próprios	8,4%	6,2%	12,9%
Índices de Liquidez			
Disponibilidades / Dívidas a Terceiros Curto Prazo	106,6%	207,3%	500,4%
Circulante / Dívidas a Terceiros Curto Prazo	222,1%	384,8%	711,9%
Índice de Solvência			
Dívidas a Terceiros / Ativo Total	9,9%	7,4%	11,5%

No que se refere à estrutura do Passivo, há que realçar que, a Dívida a Terceiros de Médio Longo Prazo, registou um crescimento significativo fruto da incorporação do empréstimo da Odívelas Viva. No entanto a Dívida a Terceiros – Curto Prazo continua a refletir uma tendência de descida. Evidência também para as Disponibilidades que cobrem integralmente as Dívidas a Terceiros – Curto Prazo.

Pela observação do quadro n.º 49, podemos verificar que o rácio de Liquidez Geral, que mede a capacidade do Município para, utilizando o seu ativo circulante, fazer face aos compromissos assumidos com os terceiros de curto prazo, obteve uma evolução positiva, face a 2017. Esta evolução do rácio justifica-se, por um lado com o aumento do circulante e por outro pela diminuição registada nas dívidas a terceiros de curto prazo.

7.2.2

Rácios de Gestão
Patrimonial

A estrutura do financiamento do município pode ser analisada, através do indicador de autonomia financeira, que apresenta um valor de 76,0 para o final do ano de 2018, constituindo ainda assim um grau de autonomia confortável face a credores.

Indicadores de Gestão Patrimonial

Quadro N.º 49

DESCRIÇÃO	2016	2017	2018
Liquidez Geral (Circulante / Dívidas a Terceiros de Curto Prazo)	2,22	3,85	7,12
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	3,42	4,05	3,24
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Total)	0,77	0,80	0,76

8.

Aplicação de Resultados

8.1

Proposta de Aplicação de Resultados

Em conformidade com o ponto 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84/2002 que aprovou o POCAL, a Câmara Municipal propõe que o Resultado Líquido do Exercício apurado em 2018, no montante de 11.826.348,33 Euros e que se encontra evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, seja aplicado da seguinte forma:

Reforço da Reserva Legal, em 591.317,42 Euros correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício;

O restante, no montante de 11.235.030,91 Euros, para incorporação na conta 59 – “Resultados Transitados”.